

OSÉ CRUZ



Luiz Sérgio (E), Marcelo Maia e Marisa Serrano: definidos dirigentes, comissão começa a investigar

## CPI dos Cartões ouve ministro do Planejamento de FHC

PÁGINA 6

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIV – Nº 2.766/164 – Brasília, 17 a 23 de março de 2008

EDIÇÃO SEMANAL

### Orçamento é aprovado com aumento de investimentos

Três meses após o fim da CPMF, lei orçamentária é aprovada com 30% a mais de investimentos.

PÁGINA 3

## Embate político pode alterar exame de MPs

A solução para o acúmulo de medidas provisórias pode ser acelerada pelo embate entre governo e oposição, iniciado na semana

passada durante a votação de MPs, entre elas a da TV Brasil, que resultou na obstrução dos trabalhos legislativos.

PÁGINAS 4 E 5

### cidadania

#### Saiba como identificar a dislexia e a quem recorrer

Dificuldades na aprendizagem podem ser sinal de dislexia. Distúrbio que atinge 15% das crianças em idade escolar é tema do *Especial Cidadania*.

PÁGINA 16

### e mais...

AGENDA

Página 2

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 13



MARCOS VERGUEIRO/SECOM-MT

Barra do Garças (MT), rio Araguaia: uma das idéias é dar apoio ao proprietário para a implantação de práticas conservacionistas

## Senado discute estímulo à conservação da água

PÁGINA 7

Ministro Amorim  
crê no diálogo para  
solucionar conflito

Brasil pode “importar” sistema  
de representação de emigrados

PÁGINAS 8 E 9



PÁGINA 11



## CONGRESSO

# Novo Orçamento, mais investimentos

O Congresso Nacional aprovou, na quarta-feira, o projeto de Orçamento da União para 2008, exatamente três meses após a extinção da CPMF pelo Senado, o que obrigou os deputados e senadores a suspenderem o exame da proposta orçamentária original para adaptá-la a uma redução de R\$ 39,2 bilhões nas receitas federais. O Congresso ajustou as contas públicas com cortes em pessoal, em projetos e em programas, e fez uma reestimativa das receitas.

A proposta, no entanto, sai do Congresso com quase 30% a mais de investimentos do governo federal – subiu de R\$ 28,8 bilhões para R\$ 37,3 bilhões, incluindo todas as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O projeto foi aprovado em votação nominal, tendo recebido na Câmara 404 votos favoráveis e 12 contrários, com uma abstenção. No Senado, 56 parlamentares apoiaram a proposta. A oposição recomendou o voto favorável, cumprindo acordo acertado na última terça-feira com líderes do governo, que previa a exclusão do polêmico Anexo de Metas e Prioridades e mais verbas para a

agricultura.

O anexo gerou protestos da oposição, para quem as 95 emendas individuais colocadas nesse anexo privilegiavam seus autores. Os R\$ 534 milhões do Anexo de Metas foram, então, redistribuídos entre os 26 estados e o Distrito Federal.

Desde o primeiro dia deste ano, a máquina pública vem funcionando normalmente porque, pela legislação, o governo pode liberar por mês 1/12 do projeto

## Oposição votou a favor após exclusão do Anexo de Metas e Prioridades

orçamentário enviado ao Congresso. Só não pode haver liberação de verbas para novos investimentos (caso, por exemplo, do PAC), o que vinha incomodando o governo,

que pressionou desde meados de fevereiro pela votação do Orçamento. Tradicionalmente, é votado até o dia 15 de dezembro do ano anterior.

O Orçamento prevê uma arrecadação de impostos e contribuições de R\$ 687,5 bilhões, que bancarão gastos com pessoal e encargos sociais (R\$ 137,5 bilhões), benefícios do INSS (R\$ 199,4 bilhões), juros da dívida pública (R\$ 152,2 bilhões) e outros. A saúde ficará com R\$ 48,4 bilhões, uma redução de R\$ 4 bilhões provocada pelo fim da CPMF.

## Aumento foi possível com reestimativa de receitas

O projeto de Orçamento da União para 2008 será enviado à sanção presidencial com investimentos diretos do governo federal de R\$ 37,3 bilhões – um aumento de R\$ 8,5 bilhões (29,5%), comparando-se com a proposta que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão enviou aos deputados e senadores.

A maior fatia fica com projetos de infra-estrutura, especialmente do PAC. Só os programas da área de transportes rodoviários (construção, manutenção, elaboração de projetos) contarão com R\$ 8,2 bilhões.

Esse aumento foi obtido mesmo depois de vários cortes feitos pelo relator-geral, deputado José Pimentel (PT-CE), para adequar o projeto ao fim da CPMF, ocorrido em dezembro. Os congressistas constataram que vários impostos terão arrecadação muito superior ao projetado pelo governo em

agosto do ano passado, quando a proposta orçamentária foi enviada aos deputados e senadores.

A extinção da CPMF, que tirou das mãos do governo R\$ 39,29 bilhões, foi compensada com uma reestimativa de R\$ 36,47 bilhões em impostos e contribuições. Para fechar a conta, o Congresso decidiu fazer um corte de R\$ 2,82 bilhões nos gastos das empresas estatais.

Depois de muita negociação com o Executivo, o Judiciário, o Legislativo e o Ministério Público, o relator anunciou no dia 19 de fevereiro um corte de R\$ 12,22 bilhões para equilibrar as receitas e as despesas.

A área mais atingida foi o custeio da máquina pública (R\$ 6,77 bilhões). O segundo maior corte foi com pessoal (R\$ 3,48 bilhões), reduzindo pela metade os gastos com novos servidores públicos.



MOREIRA MARIZ



GERALDO MAGELA

Integrantes da Mesa da sessão (com Garibaldi Alves ao centro, na foto acima) conferem no placar eletrônico o resultado da votação que aprovou, com o apoio da oposição, o Orçamento do governo federal para 2008. Atraso de três meses foi causado pelo fim da CPMF

## Servidor ainda pode sonhar com reajuste em 2008

Depois de ter cortado todos os aumentos de salário do funcionalismo retroativos a 2007, o relator-geral do projeto do Orçamento, deputado José Pimentel (PT-CE), reservou verbas para que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão volte a negociar, neste ano, reajustes com as categorias que saíram prejudicadas. Pimentel cortou, só no Executivo, R\$ 2,06 bilhões, relativos a valores negociados ao longo de 2007, mas que não chegaram a ter projetos aprovados pelo Congresso.

Para os novos aumentos, o Orçamento reserva R\$ 3,45 bilhões não só à reestruturação de cargos, funções e carreiras do funcionalismo civil, mas também aos militares e servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, conhecido como “carreirão”. A folha salarial da União sobe de R\$ 127 bilhões em 2007 para R\$ 137,5 bilhões neste ano.

Estão reservados R\$ 126 milhões para bancar um possível aumento do teto do funcionalismo, correspondente ao salário de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), fixado em R\$ 24.500 desde janeiro de 2006. A decisão desse reajuste depende de aprovação de projeto na Câmara e no Senado.

O aumento do teto provoca impacto em todo o Judiciário, onde os salários têm como parâmetro os vencimentos de ministros do STF.

### Parâmetros macroeconômicos do Orçamento

Produto interno bruto (PIB)	R\$ 2,81 trilhões
Crescimento do PIB	5,0%
Inflação (IPCA)	4,20%
Dólar ao final de dezembro	R\$ 1,80
Barril de petróleo (média do ano)	US\$ 90

### Os grandes números para 2008 (em R\$ bilhões)

Receitas primárias da União (inclusive INSS)	687,5
Investimentos diretos da União	37,3
Gasto com pessoal e encargos sociais	137,5
Benefícios da Previdência (INSS)	199,4
Transferências constitucionais a estados e municípios	123,9
Juros e encargos da dívida pública	152,2
Saúde	48,4
Educação	24,7
Abono e seguro-desemprego	19,3
Bolsa Família	10,3
Construção e recuperação de rodovias federais	8,2



Para Mantega (D), será “perfeitamente factível” ajustar a reforma tributária para zerar perdas dos estados e dos municípios

## Reforma sem perdedores, promete Mantega

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, prometeu a parlamentares do PMDB acelerar estudos com simulações dos impactos da proposta de reforma tributária sobre as receitas dos estados. A cobrança partiu de parlamentares receosos de que seus estados venham a perder arrecadação e, para maior garantia contra prejuízos, muitos chegaram a propor que o fundo, a ser criado para compensar os estados perdedores, tenha suas regras incluídas na Constituição federal.

A proposta do governo federal, de acordo com Mantega, inclui instrumentos para que o resultado final da reforma seja neutro, sem prejuízo para ninguém. Por isso, assegurou, o Executivo está disposto a complementar o chamado fundo de equalização com os recursos necessários para compensar os eventuais perdedores.

– Vamos afastar todos os temores – disse o ministro, garantindo que será “perfeitamente factível” calibrar os instrumentos da reforma para zerar as perdas.

A reunião com deputados e senadores peemedebistas abriu ciclo de debates que o Ministério da Fazenda pretende realizar com todos os partidos para ampliar o diálogo sobre a reforma tributária enviada ao Congresso em fevereiro. No encontro, os parlamentares também defenderam a constitucionalização de um segundo fundo previsto na reforma, destinado ao financiamento de políticas de desenvolvimento regional, em troca do fim da chamada guerra fiscal.

**PLENÁRIO** Governistas aprovam TV Brasil e ampliam poder da Eletrobrás; Garibaldi Alves tenta aplacar ânimos



Jucá brande o regimento, cercado por Inácio Arruda e Sarney: batalha com oposição durou oito horas

## Governistas vencem embate na madrugada

O embate entre senadores governistas e de oposição durou quase oito horas, mas o Planalto conseguiu aprovar, na madrugada de quarta-feira, a criação da Empresa Brasil de Comunicação (gestora da TV pública), a permuta de títulos do Tesouro Nacional negociados com os estados e a ampliação dos poderes da Eletrobrás.

O líderes Arthur Virgílio (AM), do PSDB, e José Agripino (RN), do DEM, travaram uma batalha regimental para impedir a votação

do projeto de lei de conversão (PLV 2/08) que mudou a MP 398/07, da TV pública, alvo de grande resistência da oposição (*leia ao lado e na página 12*).

Para vencer a queda-de-braço, os senadores da base tiveram que aprovar outro projeto de lei de conversão, também polêmico: o PLV 1/08, que alterou a MP 396/07 e, além de garantir a permuta de certificados do Tesouro que financiam a previdência dos estados, deu mais poderes à Eletrobrás (*leia abaixo*). O re-

querimento do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), para encerrar o debate, acirrou os ânimos. Para acelerar a votação, os governistas rejeitaram a MP 397/07 (*veja nesta página*), com base em relatório de Jucá, o que revoltou a oposição e a fez deixar o Plenário.

Com o clima de confronto, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que a melhor resposta diante da avalanche de MPs seria mudar as regras para sua edição e tramitação (*veja página 5*).

## Eletrobrás ganha mais poderes

O projeto de lei de conversão (PLV) 1/08, que alterou a medida provisória (MP) 396/07 e autoriza a União a resgatar antecipadamente Certificados Financeiros do Tesouro Nacional (CFT) emitidos em favor dos estados, foi aprovado pelo Plenário após sete horas de discussão. O ponto mais polêmico do PLV, que teve parecer favorável do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), é a ampliação dos poderes da Eletrobrás para se associar com outras empresas, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior.

A MP, já em vigor, deveria

ser votada até 31 de dezembro de 2007, mas teve seu prazo de vigência prorrogado em sessão do Congresso Nacional. O PLV vai agora à sanção.

Para opositoristas como os senadores Arthur Virgílio, José Agripino, Marconi Perillo (PSDB-GO), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Heráclito Fortes (DEM-PI) e Kátia Abreu (DEM-TO),

a emenda que aumentou o campo de ação da Eletrobrás tem um viés estatizante. Dornelles, porém, argumentou que a empresa pública não terá nenhuma vantagem ou privilégio acima das empresas privadas. “Esta-

beleceamos na área de energia elétrica a mesma situação que do petróleo”, disse o relator.

O PLV prorroga o prazo para a União resgatar antecipadamente Certificados Financeiros do Tesouro, de forma a apoiar o financiamento aos estados que promovam a capitalização dos respectivos fundos de pensão ou caixas de previdência. O objetivo da permuta é dar mais liquidez aos estados na administração desses fundos, o que lhes permite utilizar esses recursos de acordo com suas possibilidades de recomposição do capital utilizado. Para isso, serão utilizados preferencialmente recursos dos *royalties*, o que beneficia Rio de Janeiro e Santa Catarina.

## Rejeição de MP a pedido de Jucá gera protestos

A oposição foi surpreendida durante a madrugada da quarta-feira por uma manobra da base governista, que votou contra a Medida Provisória 397/07, editada pelo governo para revogar a MP 385/07.

A batalha entre governo e oposição, iniciada por volta das 17h30, alcançou a temperatura máxima quase oito horas depois, quando o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), designado como relator da matéria, emitiu parecer pela não admissão dos preceitos da

urgência e relevância da MP 397/07, votando por sua rejeição. Ele disse que projeto de lei com o mesmo conteúdo já havia sido aprovado na Câmara, o que tornaria dispensáveis as MPs. Elas prorrogavam por dois anos o prazo para o trabalhador rural enquadrado como segurador contribuinte individual, que presta serviços sem relação de emprego, o direito de requerer aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo.

A oposição protestou com veemência contra o parecer de

Jucá e insistiu com o presidente da Casa, Garibaldi Alves, para que “não permitisse a desmoralização do Congresso”. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), lembrou que pela segunda vez a mesma MP foi rejeitada pelo governo. Para o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), houve “palhaçada” e “avacalhado”.

Garibaldi pediu serenidade, e suspendeu a sessão por alguns minutos. O PSDB e o DEM se retiraram do Plenário e prometeram obstruir as próximas votações (*veja mais na página 5*).

## Comunicação pública recebe apoio pouco antes da votação

Antes da votação decisiva na madrugada de quarta-feira em Plenário, o funcionamento da TV Brasil recebeu apoio de diversas entidades ligadas à comunicação pública. O PLV 2/08, originário da MP 398/07, que criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), gestora da TV Brasil, a TV pública, foi defendido por representantes de empresas de radiodifusão comercial, rádios comunitárias e produtoras independentes. Eles conversaram com o presidente do Senado, Garibaldi Alves, e com vários outros parlamentares.

O senador Renato Casagrande (PSB-ES), relator do PLV 2/08, assinalou seu empenho em aproveitar as sugestões apresentadas por essas entidades.

– A discussão ajuda a quebrar resistências – comentou.

A presidente da TV Brasil, jornalista Tereza Cruvinel, defendeu a emissora.

– Uma TV pública, em qualquer democracia do mundo, é sinal de pluralidade e conquista de cidadania – disse.

O cartunista Ziraldo apoiou a iniciativa. Para ele, o *site* YouTube exerce o papel da TV pública, mas sem critérios próprios e sem aproveitar o enorme potencial que a televisão proporciona como “ferramenta de comunicação poderosa”. Ziraldo declarou que a televisão comercial não costuma aproveitar o que é criado pelo povo.

O presidente da Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais (Abepec), Antonio Achilis, também defendeu a criação da nova rede de televisão.



Tereza Cruvinel (E), Casagrande, Luís Carlos Barreto, Ziraldo, Ideli e Antonio Achilis: suporte à iniciativa do governo Lula

## TV Brasil funciona desde dezembro do ano passado

A TV Brasil, criada por medida provisória, está em funcionamento desde o dia 2 de dezembro de 2007, utilizando as estruturas da Radiobrás e das TVs Educativas do Rio de Janeiro e do Maranhão. A TV é vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e presta serviços de radiodifusão pública demandados pelo Poder Executivo, por outras empresas públicas da União, abrigando produções culturais regionais.

Pelo texto aprovado, a sede e o foro da EBC serão transferidos para Brasília, mas o Rio de Janeiro continuará a ser o principal centro produtor da emissora. O PLV que introduziu alterações na medida provisória estabelece ainda que a TV Brasil pode instalar escritórios, dependências, unidades de produção e radiodifusão em qualquer local, dando continuidade, obrigatoriamente, àquelas já existentes no Distrito Federal, Rio de Janeiro e Maranhão.

A emissora deve ser constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e terá seu capital representado por ações ordinárias nominativas, das quais pelo menos 51% serão de titularidade da União. A nova TV, conhecida também como TV pública, incorpora o patrimônio

da Radiobrás, incluindo bens móveis e imóveis. Também será admitida no restante do capital da TV Brasil a participação de entidades da administração indireta federal, bem como de estados, do Distrito Federal e dos municípios ou ainda de entidades de sua administração indireta.

Os recursos da EBC vêm do Orçamento da União, da exploração dos serviços de radiodifusão pública e de 75% da arrecadação da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública. Essa contribuição foi criada pelo PLV e será paga, anualmente, até o dia 31 de março, equivalente a 10% dos valores pagos atualmente pelas empresas de telecomunicações ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel).

A EBC também terá como fonte de recursos a prestação de serviços a entes públicos ou privados; dotações, legados e subvenções de pessoas físicas ou jurídicas; publicidade institucional; rendimento de aplicações financeiras e oriundos de acordos e convênios, entre outros. A empresa gestora deverá ainda divulgar, anualmente, como parte do balanço da empresa, uma lista com nomes de empregados contratados e terceirizados, além dos prestadores de serviços.

**Empresas de telecomunicação pagarão taxa para financiar nova rede**

PLENÁRIO Líder do PSDB critica posição do governo e do presidente do Senado em sessão que criou a TV Brasil

# Oposição vai obstruir votação de MPs

Os líderes da oposição decidiram obstruir as votações no Senado e na Câmara de todas as medidas provisórias (MPs). A tática de obstrução, iniciada na quinta-feira, deve vigorar até que seja definido um novo rito para a tramitação de MPs, que voltaram a obstruir a pauta de votações na última quinta-feira por estarem com prazo de votação vencido (veja página 2). A oposição manteve, porém, o acordo feito anteriormente e aprovou o Orçamento de 2008 (veja página 3).

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), criticou a atuação do presidente do Senado e do Congresso, Garibaldi Alves Filho, durante a sessão de terça-feira. Segundo Virgílio, a MP que criou a TV Brasil foi “votada de forma vergonhosa, como se fôssemos o Parlamento do Paraguai ou do Haiti”, após “manobras de achincalhe sob a liderança do líder do governo no Senado”, Romero Jucá (PMDB-RR).

Virgílio anunciou que seu partido tomou a decisão unânime

de “obstruir toda e qualquer votação de medida provisória daqui para frente”, e de assumir uma “encarniçada trincheira” contra essas votações. Ele disse que teve “uma brutal decepção” com a postura de Garibaldi. Para Virgílio, o presidente do Senado deveria ter encerrado a sessão, mas não o fez. O senador pelo PSDB anunciou que não mais participará de reuniões no gabinete da Presidência da Casa.

Já Marconi Perillo (PSDB-GO) anunciou o rompimento do diálogo com o líder do governo Romero Jucá. O parlamentar criticou o número de MPs editadas pelo governo e afirmou que estabelecer um freio nesse mecanismo é uma das condições essenciais para o diálogo ser retomado.

O líder do DEM na Câmara, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (BA), propôs um acordo suprapartidário para a aprovação de um novo rito para a tramitação de MPs.

– A regra agora é: tem medida provisória na pauta da Câmara, vamos obstruir. Com esse gesto,



Marconi, Kátia Abreu, Agripino e Virgílio protestam na sessão de terça-feira: tática será da obstrução

queremos pressionar o governo a assumir o compromisso de não editar mais até aprovar a mudança na regulamentação delas – salientou o deputado.

A reivindicação foi feita também pelo líder do PSDB na Câmara, deputado José Aníbal (SP).

Ele ressaltou que, se os dois lados chegaram a um acordo para aprovar o Orçamento, será possível convergir para uma proposta que limite a edição de MPs.

O líder do PPS, deputado Fernando Coruja (SC), sugeriu que o presidente da Câmara, Arlindo

Chinaglia, devolva ao Executivo as MPs inconstitucionais – que não observem os critérios de urgência e relevância.

– É preciso haver uma posição de independência das Mesas da Câmara e do Senado – observou Fernando Coruja.

## Câmara deve aprovar novo rito em abril

A comissão especial da Câmara que trata das regras para a tramitação das medidas provisórias (objeto da Proposta de Emenda à Constituição 511/06, do Senado) marcou para 3 de abril a votação do relatório final do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ). Ele apresentou há duas semanas o relatório preliminar, no qual faz sete sugestões, entre elas o fim do trancamento da pauta do Plenário pelas MPs.

O presidente da comissão, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), acredita que a proposta poderá ser votada pelo Plenário da Câmara, em primeiro turno, ainda em abril. Até lá, segundo Vaccarezza, a comissão terá tempo suficiente para chegar a um acordo sobre o texto. Depois de aprovada na Câmara, a PEC volta ao Senado, onde teve origem em 2005, por iniciativa do ex-senador

Antonio Carlos Magalhães.

Picciani sugeriu que, caso uma medida provisória não seja votada em 45 dias, entre na pauta com urgência regimental, mas sem obstruir os trabalhos. As MPs devem perder a validade se não forem votadas em 120 dias, defende o deputado.

– Acho que serão votadas. Haverá toda uma mobilização para isso, e acredito que, com essa regra, o risco de elas caducarem fará com que o Executivo tenha mais comedimento na edição de medidas provisórias. Que ele [o governo] edite exclusivamente aquelas que sejam necessárias, relevantes e urgentes – disse.

O relator não propôs limite para o número de MPs que podem ser editadas. Mas proibiu que sejam de matéria orçamentária, a não ser nos casos de crédito extraordinário em situações de

urgência, como calamidades públicas, comoção interna ou guerra, situações já previstas na Constituição. Picciani apresentou ainda um quadro comparativo a respeito das 11 propostas que tramitam em conjunto com a PEC 511/06, por tratarem do mesmo tema.

O deputado adiantou que é favorável à manutenção da vigência imediata das MPs, logo após a edição, sem depender de qualquer juízo prévio do Congresso sobre sua admissibilidade. Para ele, apenas as que tratam de crédito extraordinário devem passar a valer somente após a aprovação da admissibilidade.

Mas é preciso coibir, na opinião de Picciani, as medidas que não são urgentes nem relevantes, “como aquelas que abrem crédito suplementar do tipo tapaburaco”.



Relatório do deputado Picciani (D) deve ser votado em abril, diz Vaccarezza (C), que preside a comissão especial que trata das MPs

## Como é a tramitação das medidas provisórias

A Constituição federal prevê que, em caso de relevância e urgência, o presidente da República poderá adotar medidas provisórias. Após editada, a MP entra em vigor imediatamente e permanece assim por 60 dias, sendo também submetida à apreciação do Poder Legislativo, de acordo com artigo 62 da Constituição. A tramitação começa na Câmara e depois segue para o Senado.

Se a medida provisória não for convertida em lei nesse prazo de 60 dias (prorrogável por igual período uma vez), perde sua eficácia. Além da possibilidade de aprovação da MP em 60 dias, podem ocorrer outras três situações: aprovação com alterações, rejeição expressa e rejeição tácita.

**Aprovação com alterações** - O Parlamento tem a opção de apresentar emenda, ampliando ou restringindo o conteúdo da MP. Tais emendas não podem tratar de matéria diferente do texto original. Caso o Congresso aprove a medida provisória emendada, ela se transformará em projeto de lei de conversão (PLV), que será remetido ao presidente da República para sanção ou veto.

**Rejeição expressa** - Se rejeitada, a MP perde seus efeitos de forma retroativa, devendo então o Congresso, em 60 dias, regular as relações jurídicas originárias da emenda rejeitada. Nessa hipótese, não será admitida a reedição da MP rejeitada. Caso isso ocorra, poderá se configurar crime de responsabilidade, uma vez que o Executivo estaria impedindo o livre exercício do Legislativo, tratando esse Poder “como mero aprovador de sua própria vontade”, de acordo com o autor Tércio Sampaio Ferraz Jr., advogado e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

**Rejeição tácita** - Caso o Congresso não se manifeste no prazo de 60 dias, a MP perderá sua eficácia. Trata-se de rejeição tácita porque o Congresso não se manifestou explicitamente sobre o ato normativo, apenas não o analisou no tempo correto. Essa situação permite que esse período seja prorrogado apenas uma vez, acrescentando mais 60 dias ao prazo. Mas, se o Congresso novamente não se manifestar, a rejeição se tornará definitiva, ficando impedida a sua reedição.

### Inspiração italiana gerou equívoco

Na legislação brasileira, o antecessor da medida provisória foi o decreto-lei, extinto pela Constituição de 1988. Conforme explica o doutor e livre-docente pela Faculdade de Direito da USP Alexandre de Moraes no livro *Direito constitucional*, apesar dos comprovados abusos oriundos da edição de decretos-lei, os legisladores da Constituição de 1988 enxergaram a necessidade de prever na Carta um instrumento normativo excepcional e ágil (a medida provisória), para ser usado pelo presidente em situações de extrema relevância e urgência.

A inspiração para a criação das MPs veio da Constituição italiana. Mas, no parlamentarismo italiano, o primeiro-ministro edita uma medida e assume o risco de, se for rejeitada, causar a queda do gabinete de governo. No sistema brasileiro, não está prevista a responsabilidade política do presidente caso suas

MPs sejam rejeitadas. E é devido a essa característica, segundo Moraes, que o uso das MPs é abusivo no Brasil.

O ordenamento jurídico italiano (após a sua Constituição de 1947) também prevê para a medida provisória a regulamentação das relações jurídicas que decorrem dela, sendo que essa regulamentação é uma faculdade do Parlamento. No ordenamento brasileiro, a regulamentação é obrigação do Congresso, conforme o artigo 62 da Constituição.

De acordo com Moraes, nem mesmo a Emenda Constitucional 32, em 2001 – que “teve como finalidade diminuir a excessiva discricionariedade na edição de medidas provisórias, prevendo uma série de limitações materiais, bem como a impossibilidade de reedições sucessivas” – conseguiu frear a ação do Executivo. Desde então, e até fevereiro passado, foram editadas 421.

## INVESTIGAÇÃO CPI decide que também ouvirá três ministros denunciados em janeiro por uso irregular de cartões



O vice-presidente da comissão, Marcelo Melo (E), a presidente, Marisa Serrano, e o relator, Luiz Sérgio

# CPI começa ouvindo ex-ministro de FHC

Instalada na terça-feira passada, após negociação que confirmou a eleição da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) para a presidência e a indicação do deputado Luiz Sérgio (PT-RJ) para a relatoria, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos abre as investigações nesta terça-feira. O primeiro a ser ouvido será o ex-ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão Paulo Paiva, que ocupou o cargo em 1998, no governo Fernando Henrique Cardoso, quando foi implantado no Executivo o sistema de pagamento com cartão de crédito.

A CPI já aprovou 12 requeri-

mentos, entre eles os que convidam o ministro da Controladoria Geral da União (CGU), Jorge Hage; o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Walton Rodrigues; e o atual ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo. Outras propostas prevêem audiências públicas com as três autoridades denunciadas em janeiro por uso irregular dos cartões corporativos: a ex-ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Matilde Ribeiro; o ministro do Esporte, Orlando Silva; e o ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin.

Por determinação da presidência da CPI, os requerimentos contêm a formulação de convites às autoridades para que compareçam à comissão, mas, caso o convite não seja atendido, automaticamente as autoridades serão convocadas.

Também foram aprovados requerimentos referentes a depoimentos de autoridades da área de segurança, que foram votados após parlamentares governistas e da oposição discutirem a necessidade ou não de transferência de sigilo sobre os dados de gastos de funcionários da Presidência da República e suas unidades gestoras com cartões corporativos.

## Presidente e relator prometem transparência

A senadora Marisa Serrano foi eleita com 20 votos para presidir a CPI dos Cartões Corporativos na terça-feira passada. Ela garantiu que as investigações serão amplas.

– Não haverá nenhum tipo de blindagem. Vamos investigar o que for necessário. A sociedade pode confiar no nosso trabalho. A minha condução dos trabalhos será republicana e impessoal – garantiu Marisa Serrano. Na mesma reunião, o deputado Marcelo Melo (PMDB-GO) foi eleito vice-presidente do colegiado. Em seguida, a senadora designou relator o deputado Luiz Sérgio, que também garantiu que as investigações não protegerão ninguém.

– Não vamos proteger nem perseguir ninguém. Essa é a CPI que a sociedade reivindicou. Queremos revelar a verdade dos fatos e apresentar sugestões para normatizar o uso de recursos públicos – disse Luiz Sérgio, ao frisar que apenas a dinâmica dos trabalhos poderá confirmar se a CPI terminará sua atuação nos 90 dias previstos, em 8 de junho.

## Plano de trabalho prevê quatro etapas

A proposta de trabalho do deputado Luiz Sérgio, aprovada pela comissão, estabelece quatro etapas. A primeira – que deve durar 20 dias – prevê “análise e obtenção de informações” sobre gastos públicos realizados com suprimentos de fundos, ou seja, com cartões corporativos ou contas tipo B. Serão ouvidos responsáveis por órgãos de fiscalização, baseados em auditorias e relatórios do TCU e da CGU, e identificados aspectos da transição das contas tipo B para os cartões corporativos e ainda quais são os “mecanismos de suprimento de fundos” usados pelo governo.

A segunda etapa – com 30 dias de duração – se destinará à apuração de fatos e informações por meio de oitivas de servidores acusados de envolvimento em irregularidades no uso dos cartões corporativos. Na terceira etapa, que deve durar 20 dias, serão apontadas propostas para aprimoramento da gestão e fiscalização do uso dos cartões. A última parte, também prevista para durar 20 dias, será de conclusão dos trabalhos e entrega do relatório final.

## Funcionários da UnB irão depor esta semana

A CPI das ONGs deve ouvir nesta semana Alexandre Lima, diretor da Editora Universidade de Brasília (UnB). Ele prestará esclarecimentos sobre a liberação de R\$ 14 milhões, destinados a pagamento de serviços de terceiros, para a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Saúde, que também recebeu verbas da editora para os programas Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas. A CPI quer saber qual a relação da editora com esses programas.

Outro a ser ouvido será Antônio Manoel Dias Henriques, presidente do Conselho Superior da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), que falará sobre as denúncias de uso de recursos públicos da Finatec, no total de R\$ 470 mil, para mobiliar o

apartamento funcional ocupado pelo reitor da Universidade de Brasília, Timothy Mulholland.

### Denúncia de jornal gera impasse

Matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo* da segunda-feira passada, intitulada “CPI apura elo entre ONGs sob suspeita e deputados”, tornou-se o centro dos debates na comissão no dia seguinte e gerou tumulto entre os senadores presentes.

Diante da confirmação, pelo presidente da CPI, Raimundo Colombo (DEM-SC), da existência de um relatório em poder da comissão – não divulgado aos senadores –, sob o título “Levantamento de conexões”, Sibá Machado (PT-AC) solicitou providências para identificar o assessor da CPI que teria repassado as informações ao jornal.



Ao lado de Fátima Cleide e Heráclito, Sibá (E) reclama de repasse de dados da CPI que não foram divulgados a senadores

## Dirigente nega irregularidades apontadas pela Controladoria

Na semana passada, o ex-diretor da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Brasil Central (Adebrac) Jair Heitor Duarte negou qualquer tipo de irregularidade nos projetos realizados com recursos públicos repassados à organização pelo Ministério da Cultura. A Controladoria Geral da União (CGU) apontou irregularidades na contratação de uma colaboradora da organização, a professora Leonice de Brito, que teria recebido R\$ 7.604 por serviços prestados entre 2001 e 2003.

– A forma de contratação foi a melhor para o interesse público, e isso já foi plenamente justificado em documentos – argumentou o depoente.

Jair Duarte também foi ques-

tionado sobre o Centro Nacional de Educação Profissional em Cooperativismo, Gestão Ambiental e Turismo (Cenep), que, segundo documentos recebidos pela CPI, teria o mesmo endereço da Adebrac e também seria presidido por ele. Duarte explicou que as duas ONGs funcionaram durante determinado período no mesmo endereço, mas disse que eram independentes, embora complementares, na execução de algumas atividades.

Quanto à participação do deputado federal Nárcio Rodrigues nas ONGs, afirmou que a ajuda se deu exclusivamente na liberação de recursos para as instituições, sem outro tipo de envolvimento.

## Polêmica sobre a transferência do sigilo de gastos da Presidência

Em reunião administrativa na quarta-feira passada, a CPI dos Cartões Corporativos aprovou requerimento de informações ao Ministério do Planejamento sobre suprimentos de gastos do governo federal (contas tipo B e cartões corporativos), excluídos os dados considerados sigilosos. O requerimento é do deputado Paulo Teixeira (PT-SP).

O sigilo sobre gastos com

cartões corporativos realizados por servidores da Presidência da República foi o tema mais polêmico da reunião. Um acordo definiu que primeiro serão ouvidas autoridades especializadas em segurança da Presidência e só depois haverá deliberação sobre requerimento que transfere à CPI dados sobre os gastos desses servidores. Para o senador Demostenes Torres (DEM-GO),

o acordo foi “o possível” para que a CPI não fosse “morta” na primeira reunião.

A oposição pretendia aprovar sugestão dos deputados Índio da Costa (DEM-RJ) e Vic Pires Franco (DEM-PA) transferindo (divulgando aos parlamentares, mas não os tornando públicos) para a comissão os dados sigilosos sobre gastos com cartão por parte de funcionários da

Presidência da República e suas unidades gestoras, incluindo a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O requerimento pede informações sobre a quantidade de cartões distribuída a esses órgãos, como CPF dos usuários e respectivas unidades gestoras.

Parlamentares governistas posicionaram-se contrários à transferência de sigilo e opositoristas disseram que esses

são os únicos dados que não podem ser de conhecimento público. A presidente da CPI, Marisa Serrano, garantiu que a comissão cumprirá todos os ritos para preservar o sigilo, mas reconheceu que, mesmo proibindo parlamentares de copiar ou fotografar documentos, não tem como impedir que falem sobre as informações a que tiverem acesso.

**DIA MUNDIAL DA ÁGUA** Senado pode aprovar projeto que estimula proprietário rural a proteger ambiente

# Novas idéias para proteger os recursos hídricos

O Senado tem a oportunidade de dar a sua contribuição prática para a proteção dos recursos hídricos nacionais e, assim, imprimir sua marca na passagem do Dia Mundial da Água, celebrado em 22 de março. A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa nesta terça-feira, entre outras medidas, projeto de lei do senador Renato Casagrande (PSB-ES) que prevê benefícios aos proprietários rurais que utilizem técnicas e métodos de conservação da água e do solo.

A proposta de Casagrande, analisada em caráter terminativo pela CMA, propõe retribuição pelas benfeitorias feitas dentro das propriedades rurais que resultem em maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas. Ele sugere compensar o produtor com o abatimento na cobrança pelo uso de recursos hídricos, feita hoje pela Agência Nacional de Águas (ANA) para incentivar o uso racional da água.

Outra idéia do senador é dar apoio ao proprietário para a implantação de práticas e manejo conservacionistas. Segundo especialistas, em plantações de trigo, soja e milho, por exemplo, a conservação do solo é obtida com o fomento ao plantio direto, associado à adoção de curvas de nível – técnica que evita o escoamento excessivo da água e auxilia a sua infiltração na terra.

Os recursos para essa ajuda ao proprietário de terra viriam da arrecadação com a

cobrança dos usuários das águas da bacia, que atualmente já financia os programas dos planos de recursos hídricos.

Ainda de acordo com a proposta de Casagrande, caberá aos comitês de bacia hidrográfica (*veja matéria abaixo*) avaliar os resultados das práticas rurais adotadas dentro da propriedade para definir os valores e os beneficiários da retribuição.

Presidente da subcomissão permanente que analisa os efeitos do aquecimento global, o senador considera que merece reconhecimento o agente rural que adota métodos e técnicas que resultam na diminuição de sedimentos e na redução de contaminações e de resíduos que seriam carreados para as águas de uma bacia.



MOREIRA/MARIZ

MARCOS VERGUEIRO/SECOM-MT



Casagrande quer dar apoio aos proprietários rurais para que eles adotem práticas conservacionistas em relação aos mananciais brasileiros

## Data foi criada há 15 anos

A instituição do Dia Mundial da Água ocorreu no Rio de Janeiro, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco 92.

Em dezembro de 1992, a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) declarou, conforme as recomendações da Eco 92 contidas no capítulo referente a recursos hídricos da Agenda 21, que a partir de 1993 o Dia Mundial da Água seria celebrado no dia 22 de março de cada ano.

Em Plenário, a data será comemorada nesta terça-feira em sessão solene. Haverá também o lançamento da campanha SOS H<sub>2</sub>O, uma ação para enfrentar a escassez de água de iniciativa da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês) prevista para durar dois anos. Iniciada em 2007, a campanha reúne representantes dos setores público, privado e entidades civis.

## Comitês de bacias atuam na defesa dos mananciais

Propor os valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos é uma das atribuições dos comitês de bacia hidrográfica, compostos por representantes dos diferentes governos, dos usuários das águas de sua área de atuação e das entidades civis de recursos hídricos com atuação na bacia.

Ainda não existem comitês em todas as bacias hidrográficas do país e, mesmo em alguns já instituídos, os valores não foram definidos. Dos comitês federais, já têm a cobrança implementada o da bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e o comitê do rio Paraíba do Sul. As regiões das bacias envolvem os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de

Janeiro, contabilizando uma população de cerca de 28 milhões.

Entre os critérios para a instituição dos comitês, estão a necessidade de dirimir conflitos pela escassez de água e a garantia do uso prioritário dos recursos hídricos para o consumo humano e a dessedentação de animais.

Na avaliação do diretor da Agência Nacional de Águas, Benedito Braga, em bacias hidrográficas localizadas em regiões pouco povoadas e com abundância de água, mais recomendável que a instituição dos comitês é a execução, pelo governo federal, de ações para monitorar a qualidade da água e proteger a biodiversidade da área.

## Garibaldi participará de fórum

Vice-presidente do Conselho Mundial da Água, Benedito Braga convidou o presidente do Senado, Garibaldi Alves, a participar do Fórum Americano das Águas, que será realizado em novembro, em Foz do Iguaçu (PR). No evento será discutida a posição das Américas sobre uma política de recursos hídricos para ser levada ao 5º Fórum Mundial da Água, em março de 2009, em Istambul (Turquia).

Braga ressaltou a importância da participação de representantes do Legislativo nos dois eventos, que reunirão ministros, especialistas, ativistas e empresários. Segundo ele, entre os temas em debate no fórum estarão os desafios a serem enfrentados no setor de recursos hídricos com as mu-

danças globais e as causadas pelo efeito estufa. Ele chamou a atenção para o impacto causado pela rápida urbanização, como enchentes, abastecimento de água, esgotos, aumento da demanda por alimentos e de água para irrigação. O Brasil, disse Braga, poderá expor sua experiência dez anos após a Lei 9.433/97, que instituiu a política nacional de recursos hídricos (*veja o quadro abaixo*).

O primeiro Fórum Mundial foi realizado em Marrakesh, no Marrocos, em 1997, e, desde então, vem ocorrendo de três em três anos. No último, realizado na Cidade do México, em 2006, especialistas

criticaram a privatização da água, impulsionada nos anos 90, e defenderam a melhoria da gestão pública do líquido por meio de associações entre autoridades estatais, organizações não-governamentais e comunidades.



PAULO LIMA/AGÊNCIA SENADO

Benedito Braga: participação do Legislativo no debate é essencial

## País tem legislação muito avançada

A Lei das Águas, como é conhecida a Lei 9.433/97, teve como princípios fundamentais a gestão democrática, participativa e descentralizada dos recursos hídricos. Segundo o consultor legislativo da área de meio ambiente Carlos Henrique Tomé Silva, a lei importou um modelo já adotado em países desenvolvidos como a França e, após um longo processo de debate no Congresso, o país ganhou uma legislação extremamente moderna, na qual os usuários somam-se ao poder público para decidir o destino das águas de uma bacia.

Mas Tomé Silva avalia que, assim como ocorre na legislação ambiental brasileira, há deficiências

na Lei das Águas. Ele cita como exemplo a criação dos comitês de bacia hidrográfica (\*) nos rios estaduais, que só passaram a ser fomentados a partir da Lei 10.881/04, originária de uma medida provisória, que delegou a iniciativa a organizações civis de recursos hídricos. Nos rios federais - aqueles com domínio em mais de um estado ou em regiões de fronteira -, a responsável pelo processo de criação dos comitês é a ANA, o que torna mais eficiente a resolução de conflitos pelo uso da água, uma das principais ações dos comitês.

(\*) *Bacia hidrográfica - conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes.*

**ELEIÇÕES** PEC pronta para ser votada no Plenário assegura representação para os brasileiros que emigraram

# Uma bancada para os que vivem lá fora

Mais de 86 mil eleitores brasileiros estavam aptos a votar no exterior no pleito de 2006. Porém, menos da metade (47,34%) compareceu para escolher o presidente da República (única escolha assegurada em lei). Um número insignificante perto do eleitorado total de 127 milhões, e muito pouco diante dos cerca de 3,5 milhões de brasileiros que vivem fora do país, segundo o Ministério das Relações Exteriores.

Isso pode começar a mudar caso o Congresso Nacional aprove proposta de emenda à Constituição (PEC) que assegura aos emigrados representação na Câmara dos Deputados. A iniciativa é de Cristovam Buarque (PDT-DF), e sua proposta (PEC 5/05) será votada pelo Plenário do Senado, após receber texto substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A PEC acrescenta um terceiro parágrafo ao artigo 45 da Constituição, que define o que é e como será composta a Câmara. O texto informa que “a lei disporá sobre as circunscrições especiais para a eleição de deputados federais, representantes dos brasileiros residentes no exterior”. A PEC 44/06, apresentada pela CPI Mista da Emigração Ilegal, sugere o mesmo.

Lideranças dos emigrados lembram que o exercício de seu voto não é pleno.

– Tivemos encontros com congressistas brasileiros e estamos empolgados com a possibilidade de a emenda ser aprovada. Teremos re-



**Brazilian Day, em Nova York (EUA), evento anual que reúne milhares de brasileiros: cidadãos fora do país já somam quase 3,5 milhões**

presentação política e a chance de ter pessoas lutando pelos nossos interesses e direitos no Congresso – afirmou Fausto da Rocha, diretor do Centro do Imigrante Brasileiro, em Boston (EUA), onde vivem pelo menos 300 mil brasileiros.

Professor da Universidade de Massachussets, o médico Eduardo Siqueira preside o Centro do Imigrante e debateu o assunto em 2005 com integrantes da CPI.

– Não há dúvidas sobre a necessidade de afirmar o direito do cidadão brasileiro residente no

exterior de eleger representantes. A comunidade brasileira apóia a proposta – revela.

Eleito há menos de dois anos senador italiano com os votos dos emigrados na América do Sul, Edoardo Pollastri, empresário que vive no Brasil desde os anos 60, só vê vantagens no sistema representativo para cidadãos no exterior.

– É preciso dar a todo cidadão, onde estiver, a responsabilidade do voto, para não deixá-lo à margem das decisões pertinentes à nação – declara Pollastri.

Cristovam aprova o exemplo italiano e constata que o Brasil é hoje um país de emigrantes.

– São cerca de 3,5 milhões de brasileiros no exterior. E ninguém os representa. A bancada teria quatro deputados: um eleito nos Estados Unidos, outro pelos que vivem na Europa, o terceiro no Japão e o quarto pelos brasileiros espalhados no resto do mundo – diz, apoiando modificação do relator na CCJ, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que restringe a representação à Câmara.

## Sem direito a voto, cidadania plena fica prejudicada

Os quase 3,5 milhões de brasileiros que vivem no exterior são um contingente eleitoral respeitável. No Brasil, em 11 estados e no Distrito Federal a população não chega a esse número. Nos dias atuais, porém, votam apenas para presidente da República e vice, e só se forem inscritos nas representações diplomáticas.

– Essa situação favorece o distanciamento entre cidadãos do Brasil e o seu país, sua nação, seu povo, quebrando os vínculos políticos, sociais e afetivos que ligam a pessoa à sua pátria. Países como Portugal, Espanha, França e mesmo os EUA, de diversas maneiras, permitem o voto de quem se encontra no exterior – destaca o relatório final da CPI Mista da Emigração Ilegal, presidida pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

e encerrada em 2006.

Participante do mais recente projeto nacional de representação de emigrados, o senador italo-brasileiro Edoardo Pollastri lembra que grandes nações foram construídas “com a ajuda de estrangeiros em busca de condições de vida melhores”.

– Muitos, como eu, sabem o que é sentir-se sem representantes parlamentares que entendam suas dificuldades e necessidades e possam velar por seus direitos – recorda-se Pollastri, que viveu mais de metade de seus 76 anos no Brasil.

Criado em 1995, o Centro do Imigrante Brasileiro (CIB) em Boston luta contra a marginalização econômica, política e social da comunidade brasileira, que agrega mais de 300 mil emigrados.

Promove campanhas para facilitar o acesso à universidade e aos direitos trabalhistas, e luta pela reforma das leis de imigração.

Conscientizar a segunda geração de brasileiros nos Estados Unidos para a necessidade de exercer a cidadania mesmo fora do país é uma das prioridades. Já são mais de 17 mil brasileiros com a cidadania norte-americana em Massachussets, segundo o censo norte-americano, e o CIB quer vê-los votando nos Estados Unidos e também no Brasil.

– Incentivamos a idéia de uma cidadania alargada, ampla, para as “comunidades transnacionais”. Os direitos nos dois países reforçam essa condição – disse, ao **Jornal do Senado**, Álvaro Lima, diretor de pesquisas econômicas e sociais da prefeitura de Boston e membro

da diretoria do CIB.

Ele observa que, com o avanço nos transportes e nas comunicações, os emigrantes mantêm contato regular com os países de origem, ao mesmo tempo em que



**Marcelo Crivella presidiu a CPI que em 2006 investigou os esquemas de emigração ilegal**

## Projeto de Cristovam recebe apoio no Senado

A PEC de Cristovam Buarque não é a pioneira na defesa da ampliação do direito de voto dos emigrados. Há pelo menos outras sete propostas no Congresso. A mais antiga é um projeto do senador Marco Maciel (DEM-PE). Tramita há 19 anos na Câmara (sob o número 2.424/89) e estende aos brasileiros residentes ou em trânsito no exterior o direito de votar para senador, deputado federal, governador e deputado estadual.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) é autora do PL 6.709/06, já em análise pelos deputados, que propõe a extensão do direito de voto para governador e vice e senador. Ele foi apensado, por tratar do mesmo tema, ao projeto de Marco Maciel, e espera decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Ao analisar esses projetos, o relatório final da CPI Mista da Emigração Ilegal destacou um aspecto importante. Para quem vive no exterior, o que seria mais produtivo: votar para governador de um estado onde não vive mais ou ter representantes que lutem por seus direitos no Congresso Nacional?

“Apesar de dispersos em todos os continentes, esses brasileiros possuem muitos interesses em comum. É mais provável que o potiguar registrado no Consulado Geral em Boston tenha mais necessidades e afinidades em comum com o gaúcho que lá reside do que com um conterrâneo que habite uma cidade norte-rio-grandense”, avalia o relatório.

Por isso, o documento caminha na direção da PEC de Cristovam Buarque. A CPI, posteriormente, apresentou sua própria sugestão de emenda constitucional.

## A maioria não está registrada

Dados do Tribunal Superior Eleitoral mostram que uma ínfima parcela dos milhões de brasileiros que vivem no exterior se interessa em votar

População total de brasileiros  
**186 milhões**

Total de eleitores  
**127,7 milhões**

Total de emigrados  
**3,5 milhões**

Eleitores no exterior  
**104.667**



## Como foi na eleição de 2006

Aptos a votar	86.360	100%
Comparecimento	40.883	47,34%
Votos válidos	38.860	95,05%
Votos em branco	985	2,41%
Votos nulos	1.038	2,54%
Seções eleitorais	381	100%
Com urna eletrônica	235	61,7%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

**ELEIÇÕES** Países europeus se empenham em manter vínculo cultural e político com seus cidadãos no exterior

**“Brasil deve se orgulhar de seus filhos”**

EDOARDO POLLASTRI

O estrangeiro, na busca por um futuro melhor, é injustamente discriminado. Longe de sua pátria, precisa saber que há representantes aos quais poderá recorrer e que não será considerado mais um expatriado perdido e esquecido pela sua nação de origem.

O povo é que faz uma nação. Não importa o território em que uma pessoa resida, de forma permanente ou temporária, pois é sua cultura, sua forma de pensar e de viver que demonstram de onde ela é. A vinda de italianos para o Brasil ocorre deste os tempos da colônia. E mais fortemente a partir de 1870, quando chegaram grandes grupos ao Brasil. Hoje, a cultura italiana está difundida em todas as regiões brasileiras, de norte a sul, mesclada, reinventada, mas sempre presente na culinária, na fala, na arte e até no futebol.

A Itália aceita como seus filhos os descendentes dos italianos espalhados pelo mundo. E permite, desde 2006, que pessoas com dupla cidadania possam votar e ter



O senador Edoardo Pollastri, *il Brasiliano*, elegeu-se com 18 mil votos de italo-sul-americanos

representantes no Parlamento.

A nação brasileira também deve se orgulhar de seus filhos. Gente que, por opção ou por outras circunstâncias, foi morar fora, mas nunca deixou de ser brasileira. Seu legítimo parlamentar será o que, convivendo com os problemas enfrentados no exterior, vai se manifestar com propriedade no Congresso Nacional.

# Itália volta às urnas no início de abril

Depois que o governo parlamentarista não conseguiu formar maioria, o Parlamento italiano eleito em 2006, como determina a Constituição, foi dissolvido em fevereiro passado. Assim, voltam para casa os 630 membros da Câmara e os 315 do Senado. Entre eles, os primeiros 18 parlamentares (12 deputados e seis senadores) eleitos pela chamada Circunscrição Eleitoral Exterior, formada por cerca de 3,5 milhões de italianos que vivem fora do país. Foi uma luta de décadas, pois antes a eles só era permitido votar para presidente.

Agora, os eleitores italianos retornam às urnas dias 13 e 14 de abril. Mas, para os que vivem no exterior, o prazo é mais apertado: até o dia 10 de abril eles devem enviar um envelope com as cédulas de votação pelos correios. A maior parcela de eleitores registrados, pouco mais de 2 milhões, está na zona eleitoral exterior da Europa,

que inclui Rússia e Turquia. Outros 900 mil vivem na América do Sul, 400 mil nas Américas do Norte e Central e pouco menos de 200 mil no restante do mundo. Porém, em 2006, menos de 1 milhão de eleitores registrados enviou seu voto.

À América do Sul foram reservadas três cadeiras de deputado e duas de senador. Em 2006, foram eleitos dois deputados argentinos e uma venezuelana, um senador argentino e outro pelo Brasil – Edoardo Pollastri, que teve 18 mil votos.

– No Parlamento italiano sou conhecido como “il Brasiliano”, porque amo esta terra em que vivo, e também amo a terra em que nasci e que foi dos meus antepassados – disse Pollastri ao **Jornal do Senado**.

Eleito pelos italianos que moram

no continente, Pollastri, além de discutir e votar leis de interesse da Itália, luta por projetos de intercâmbio cultural e comercial com os italo-sul-americanos.

– Conseguimos incrementar em 18 milhões de euros a verba destinada aos italianos no exterior, que totalizou 32 milhões de

euros. Parte desses recursos é voltada para os jovens – informou.

Os italianos que vivem fora do país também dispõem, desde 1989, de um organismo consul-

tivo do governo (semelhante aos que existem na França e, agora, em Portugal) para opinar sobre legislação, acordos e outros temas que digam respeito à comunidade no exterior. O conselho tem 94 membros, 65 deles eleitos diretamente a cada cinco anos pelos emigrantes.

**Emigrantes têm até o dia 10 de abril para enviar o voto pelo correio**

## Portugal elege deputados e conselheiros fora do país

Mais do que assegurar assento no Parlamento aos representantes eleitos pelos cidadãos que vivem no exterior, uma lei de dezembro de 2007 criou e definiu as competências do Conselho das Comunidades Portuguesas, órgão consultivo de Portugal para as políticas relativas à emigração e às comunidades de emigrados.

As primeiras eleições estão marcadas para o próximo mês de abril e o conselho será composto de 73 membros, dos quais 63 eleitos pelo voto e os dez restantes indicados. Podem votar e ser votados portugueses maiores de 18 anos e moradores no exterior, registrados na Justiça Eleitoral.

No Brasil, são oito dos 24 representantes reservados à América

(veja o quadro), assim distribuídos: Brasília/Belém (1), Recife/São Salvador da Baía (sic)/Fortaleza (1), Curitiba/Porto Alegre/São Paulo (3) e Rio de Janeiro/Belo Horizonte (3). O Brasil divide a condição de maior bancada no conselho com a França, seguido dos EUA (5) e da Venezuela (5).

Na Assembléia da República, quatro das 230 cadeiras são de deputados escolhidos por emigrantes – dois de países da União Européia e dois das Américas, África, Ásia e Oceania. Um deles é Carlos Antonio Páscoa Gonçalves, que administra empresas no Brasil. Os eleitos tiveram 37 mil votos, pouco perto do total de 8,9 milhões de eleitores registrados em Portugal.



Senado conta com 12 representantes escolhidos por um conselho eleito pelos cidadãos que vivem fora da França

## Espanha também dá a emigrados o direito de votar

A Constituição espanhola reconhece o direito dos residentes no exterior ao exercício do voto, porém não há representação parlamentar especial para as comunidades de emigrados. Eles podem votar pelo correio, assim como os eleitores temporariamente ausentes do país, entre eles militares, pessoal diplomático etc. Os que adquirem a cidadania espanhola, como é o caso dos brasileiros descendentes, também têm direito a votar.

Para isso, a Justiça Eleitoral envia para o endereço do eleitor um envelope contendo cédulas de votação e as listas de candidatos de todos os partidos. O eleitor, mesmo no exterior, mantém seu domicílio eleitoral de origem. O voto é então enviado pelo correio, com porte pago, ou entregue a um consulado da Espanha nos dias que antecedem o pleito.

Na Espanha, onde o voto é facultativo, três quartos dos 35 milhões de espanhóis habilitados a votar participaram do pleito realizado no dia 9 de março passado. Desses 35 milhões, 1.205.132 milhão vivem no exterior.

## Franceses têm até uma assembléia própria

Habilitados a votar para presidente da República e nos referendos e plebiscitos, os franceses residentes no exterior formam um grupo com cerca de 2,3 milhões de pessoas, que têm assegurado, desde a Constituição de 1958, direito a representação no Senado, mas não na Assembléia Nacional – equivalente à Câmara dos Deputados brasileira, e que tem maior poder legislativo e político.

Os atuais 12 senadores representantes dos emigrados são eleitos indiretamente pela chamada Assembléia dos Franceses no Exterior, esta sim com membros escolhidos pelo voto direto dos que vivem fora do território francês. Os emigrados elegeu 155 membros da assembléia, que escolhem os 12 representantes no Senado – composto por 331 membros no total, com mandato de seis anos.

A assembléia dos emigrados

funciona como órgão consultivo do governo e tem composição de 180 membros. Além dos 155 eleitos pelos emigrados e dos 12 senadores indicados, integram a assembléia 12 membros indicados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e o próprio ministro.

Um total de 44,5 milhões de franceses se registraram para votar na última eleição presidencial, em julho de 2007. O voto na França é voluntário. Foram montados 547 postos de votação no

exterior para que os 820 mil cidadãos inscritos pudessem exercer seu direito. Houve um aumento considerável em relação ao pleito anterior, de 2002, quando havia 206 colégios eleitorais para os 385 mil eleitores no exterior.

O país com mais franceses inscritos é a Suíça, com 76 mil, seguido dos Estados Unidos (74 mil), da Alemanha (56 mil) e do Reino Unido (53 mil).

**Em 2007, 820 mil franceses se inscreveram para votar fora do país**

### Exemplos da Europa

<p><b>França</b></p> <p>2,3 milhões de franceses emigrados elege...</p> <p>155 membros da Assembléia dos Franceses no Exterior, que por sua vez escolhem...</p> <p>12 senadores para representar os emigrados</p>	<p><b>Itália</b></p> <p>Circunscrição Eleitoral Exterior representa 3,5 milhões de emigrados</p> <p>2 milhões deles aptos a votar</p> <p>12 deputados e 6 senadores são eleitos, dos quais 3 deputados e 2 senadores representam os italianos que vivem na América do Sul</p>												
<p><b>Espanha</b></p> <p>Estrangeiros podem votar, mas comunidades de emigrados não têm representante</p> <p>Há 1,2 milhão de espanhóis emigrados, dos quais 300 mil residem na Argentina, sendo que 105 mil deles receberam cédulas de votação pelo correio</p> <p>Os dois maiores partidos espanhóis (PSOE e PP) mantêm sedes em Buenos Aires</p>													
<p><b>Portugal</b> (representação no Conselho das Comunidades Portuguesas)</p> <table border="1"> <tr> <td>26</td> <td>24</td> <td>8</td> <td>5</td> <td>10</td> <td>73</td> </tr> <tr> <td>Europa</td> <td>América</td> <td>África</td> <td>Ásia e Oceania</td> <td>Indicados</td> <td>TOTAL</td> </tr> </table>		26	24	8	5	10	73	Europa	América	África	Ásia e Oceania	Indicados	TOTAL
26	24	8	5	10	73								
Europa	América	África	Ásia e Oceania	Indicados	TOTAL								

## COMISSÕES

# Senado pode limitar propaganda de bebida

A publicidade praticada hoje incentiva o consumo de bebidas alcoólicas e de remédios, o que justificaria a adoção de medidas para regulamentar o setor, na opinião dos senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Cristovam Buarque (PDT-DF). Eles se manifestaram em audiência das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Por outro lado, representantes da iniciativa privada disseram que o mais adequado é a auto-regulamentação do setor. Foi o caso do vice-presidente do Grupo Bandeirantes de Comunicação, Walter Ceneviva, do assessor da Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap) Stalimir Vieira e do vice-presidente da Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), Rafael Sampaio.

Mas Inácio Arruda argumentou que a auto-regulamentação não se aplicaria ao Brasil devido à cultura das empresas que buscam “tirar o máximo de proveito em cada situação”, o que justificaria a adoção de medidas restritivas. O correto, para ele, seria banir a propaganda de bebidas associada a esportes e eventos musicais.

– Crianças começam a beber cada vez mais cedo. É só impacto da propaganda? Não, mas é tam-



Sampaio (E), da ABA; Ceneviva, do Grupo Bandeirantes; Cristovam Buarque; Maria José, da Anvisa; e Stalimir, da Abap

bém fruto da publicidade – afirmou a gerente de Fiscalização de Propaganda da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Maria José Fagundes.

A propaganda de bebidas alcoólicas e de remédios poderá

ser proibida, caso os senadores aprovem o PLS 86/06, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que deverá ser votado com outras 13 propostas que tratam do tema e tramitam em conjunto na CCT. O relator é Romero Jucá (PMDB-RR).

## Wellington Salgado defende extinção do exame da OAB

Em audiência realizada na quinta-feira na Comissão de Direitos Humanos (CDH), Wellington Salgado (PMDB-MG) defendeu o fim do exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), classificando-o de discriminatório. Ele lembrou que o Ministério da Educação é responsável pela habilitação de faculdades. Por isso, se há desqualificação das instituições de ensino, é dever do ministério proibir seu funcionamento.

Já o senador Valter Pereira (PMDB-MS) apoiou a manuten-

ção do exame. Para ele, a prova preserva os interesses do cidadão, que busca os profissionais no mercado confiando em que terá suas demandas solucionadas. Ele informou que outras categorias profissionais já pensam em adotar exames similares, como a dos médicos e a dos engenheiros.

A audiência contou, além dos parlamentares, com representantes de diversas entidades. O ministro da Educação, Fernando Haddad, foi convidado para o debate mas não compareceu.



Estefânia Viveiros (E), da OAB, expõe posição da entidade na CDH, ao lado do deputado Nelson Trad, Paulo Paim e Gilvam Borges

## Projeto de Gilvam prevê fim da prova

O projeto do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) que extingue o exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para bacharéis em Direito está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Desde que assumiu a relatoria, em maio de 2007, Magno Malta (PR-ES) tem buscado ouvir as posições favoráveis e contrárias ao projeto (PLS 186/06). Realizou debates em Vitória, Porto Alegre e Macapá, além de reuniões com dirigentes da OAB em São Paulo e Brasília. Ele ainda não revelou seu voto.

Magno Malta, que está no exterior em missão oficial, não participou do debate realizado na quinta-feira passada na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

## DECISÕES

## Município afetado por lago de usina poderá receber ICMS

Uma parte dos recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) será destinada aos municípios alagados por reservatórios gerados pela construção de usinas hidrelétricas. Isso ocorrerá mesmo que a própria usina não fique dentro do município afetado. Esse o tema de proposta de emenda à Constituição (PEC 53/05) de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na quarta-feira.

Segundo o senador, o objetivo é acabar com distorções como a de municípios com terras alagadas que estariam sendo prejudicados por não pertencerem ao estado

que arrecada o ICMS da usina.

A relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), alterou o texto de Azeredo para determinar que as parcelas da arrecadação a serem destinadas aos municípios terão a seguinte divisão: metade para o município onde está a usina e metade para aquele que tem áreas alagadas pelo reservatório.

Para Valter Pereira (PMDB-MS), a PEC promove “a justiça fiscal entre os municípios”, mas o texto deveria ser incluído na proposta de reforma tributária apresentada pelo governo federal, que altera as regras do ICMS. Segundo Lúcia Vânia, no entanto, a PEC contribui para a discussão da reforma, em vez de prejudicá-la.

## Comissão aumenta prazo de anistia para grevistas da ECT

Os empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) que fizeram greve entre 5 de outubro de 1988 e 23 de fevereiro de 2006 serão anistiados, de acordo com projeto de lei da Câmara (PLC 9/08) da deputada Maria do Rosário (PT-RS). A proposta amplia o período da anistia concedida aos grevistas da ECT na Lei 11.282/06 – entre 4 de março

de 1997 e 23 de março de 1998. Aprovado na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o projeto segue ao exame do Plenário.

O relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), argumentou que “não há razão plausível para excluir da anistia já concedida a outros trabalhadores, da própria ECT, que foram também atingidos por punições”.

## Começa análise de novo indicado para o CNJ

A indicação do advogado Marcelo Rossi Nobre para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) começou a ser analisada na quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça, quando o relator, Epitácio Cafeteira (PTB-MA), apresentou parecer favorável à nomeação. Ainda faltam a sabatina e a votação do relatório.

Nobre é formado em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas e tem pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Foi assessor da prefeitura de São Paulo na gestão de Marta Suplicy e chefiou o gabinete do vice-prefeito, Hélio Bicudo. O advogado é filho do ex-deputado federal Freitas Nobre.

O advogado foi indicado pela Câmara, que o elegeu em dezembro passado. Para ser confirmado, seu nome tem de ser aprovado agora pelo Senado. Criado em 2005, o CNJ tem 15 conselheiros.

**FUNDAÇÕES** - O papel das fundações vinculadas às instituições federais de ensino superior será tema de audiência, em data a ser definida, na Comissão de Educação (CE) com a presença do reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland. A iniciativa foi do presidente da CE, Cristovam Buarque (PDT-DF).

**SUDECO** - A diretoria da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste será nomeada pelo presidente da República, com o aval do Senado. Essa é uma das alterações da relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), no projeto de lei (PLC 119/06) que recria a Sudeco. O novo texto foi lido na quinta na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

**CAMINHONEIROS** - As condições de trabalho dos caminhoneiros serão objeto de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), de acordo com proposta de Paulo Paim (PT-RS) aprovada na quinta-feira. O objetivo, disse Paim, é identificar medidas destinadas a assegurar mais saúde e segurança aos motoristas de caminhão.

## Manifestantes pedem aprovação de PEC contra trabalho escravo

Com o lema “Reforma agrária, por justiça social e soberania popular”, movimentos sociais e entidades da sociedade civil realizaram na quarta-feira um ato pela aprovação, na Câmara, da proposta de emenda à Constituição (PEC 438/01) de repressão ao trabalho escravo. O ato foi organizado pelo Movi-

mento Nacional pela Aprovação da PEC 438 e pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Participaram do evento os presidentes do Senado, Garibaldi Alves, e da Câmara, Arlindo Chinaglia. Também compareceram os ministros do Trabalho, Carlos Lupi; da Secretaria de Direitos Humanos, Paulo Vanucchi; e

do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

A PEC do Trabalho Escravo, como ficou conhecida, altera o artigo 243 da Constituição para determinar a expropriação – desapropriação sem pagamento de indenização – de terras onde houver esse tipo de exploração dos trabalhadores.

## Aposentados defendem recomposição

Representantes de aposentados estiveram no Senado, na terça-feira, para defender a aprovação de dois projetos de Paulo Paim (PT-RS) – o PLS 58/03, que visa recompor o poder aquisitivo de aposentadorias e pensões, e o PLS 296/03, que acaba com o fator previdenciário. Segundo Paim, “com o fator previdenciário, o benefício pode ter um corte de até 40%”.

As propostas, que teriam de ser votadas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foram enviadas diretamente à Mesa, que decidirá se elas poderão tramitar em regime de urgência, conforme solicitação de Paim.

As propostas, que teriam de ser votadas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foram enviadas diretamente à Mesa, que decidirá se elas poderão tramitar em regime de urgência, conforme solicitação de Paim.

## COMISSÕES

## Reunião resolverá crise com governo espanhol

O ministro Celso Amorim disse na CRE que já está sendo encaminhada uma saída diplomática acerca do tratamento dado aos brasileiros pelas autoridades da imigração espanhola. Segundo Amorim, o ministro das Relações Exteriores espanhol, Miguel Moratinos, prometeu suavizar o tratamento dado aos brasileiros.

Os dois conversaram na manhã de quarta-feira, pelo telefone, quando acertaram uma reunião para depois da Semana Santa.

– Eles nos prometeram algo como uma trégua ou uma mitigação de atos exacerbados que vêm sendo cometidos – anunciou.

Segundo o chanceler, o problema já vinha sendo tratado duas semanas antes dos episódios de deportação de estudantes brasileiros que desembarcaram

ou passavam pelo aeroporto de Madri. Neste ano, mais de 900 brasileiros tiveram sua entrada negada por supostamente não cumprirem os requisitos exigidos pela União Européia.

Na avaliação do senador Jefferson Péres, os espanhóis estão usando de muito rigor no desembarque de brasileiros, embora cumprindo a legislação.

– Acredito até em discriminação disfarçada, mas não é admissível que funcionários brasileiros na alfândega estejam tratando mal os espanhóis – observou.

Ao senador Eduardo Suplicy, Celso Amorim disse que é preciso aumentar o número de consulados, de forma a atender melhor à população de brasileiros no exterior, que tem aumentado muito nos últimos anos.



Celso Amorim, aos senadores: “Nuvens mais ameaçadoras se dissiparam. Agora, é preciso paciência”

## Conflito precisa ser contido, diz Amorim

O ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, admitiu que o conflito entre Colômbia, Equador e Venezuela é “poroso e pode filtrar para outros países”, razão pela qual “deve ser contido”. Para ele, a solução, a longo prazo, está num “esforço contínuo e sistêmico de diálogo”.

A curto prazo, porém, o ministro recomenda apostar na vigilância do cumprimento de acordos e na investigação do ataque contra integrantes das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) por

militares colombianos em território equatoriano no dia 1º de março.

– Não temos ilusões a respeito da solução para o conflito como um todo. As nuvens mais ameaçadoras se dissiparam no imediato. Agora precisamos de tempo, paciência e diálogo – aconselhou Amorim, durante debate na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que foi requerido por Eduardo Suplicy (PT-SP).

Questionado por Fernando Collor (PTB-AL) e Jefferson Péres (PDT-AM) sobre um suposto tratamento desfavorável à Colômbia

por parte da diplomacia brasileira, o chanceler disse que o Brasil procurou seguir princípios e tratados, mas evitou esquentar ainda mais o clima político.

– A diplomacia brasileira agiu corretamente, com maturidade, inclusive quando não deu ouvidos à intervenção da Venezuela. Só não ganha nota dez porque o Brasil deveria ter feito menção explícita ao fato de o Equador dar abrigo às Farc, organização que se utiliza de métodos criminosos. A Colômbia teve atenuantes ao fazer o que fez – ponderou Jefferson.

## Chanceler nega ambigüidade em relação às Farc

Para o governo Lula, as Farc são um grupo que começou atuando politicamente, mas, “depois, seguiu por outra senda”, como definiu o chanceler Celso Amorim.

– Não há, da parte do governo, tolerância com relação a seqüestros, terrorismo e narcotráfico. Já dissemos isso várias vezes. O presidente Lula, inclusive, fez condenação recente nesse sentido. Além disso, temos assinado inúmeras resoluções propostas pela Colômbia tratando desse tema. Portanto, não há nada de ambíguo na posição do governo

– explicou Amorim, em resposta a questionamento de vários senadores reunidos na CRE.

Fernando Collor e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), por exemplo, cobraram do ministro explicações acerca de suposta neutralidade do Brasil em relação às Farc, conforme declarou ao jornal francês *Le Figaro* o assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência, Marco Aurélio Garcia.

Já o senador Mão Santa (PMDB-PI) chegou a dizer que recebeu denúncias de que há envolvimen-

to das Farc com o PT.

– Não posso comentar declarações de outros membros do governo, até porque não sei que termos foram usados – respondeu o chanceler.

Amorim considera “questionáveis” até os métodos de ação utilizados pela organização colombiana ao tempo em que ainda combatia com fins nitidamente políticos. No entender do presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), as posições de Garcia não espelham a linha diplomática do governo.



Peidró (de barba) e seus assessores (D), com Simon (E), César Borges e Heráclito: “Brasileiros têm ótimo conceito na Espanha”

## Embaixador diz que só 1% dos brasileiros não consegue entrar

O embaixador da Espanha no Brasil, Ricardo Peidró, disse que, em média, 1% dos 800 brasileiros que chegaram diariamente a seu país em 2007 foi repatriado. Em reunião no gabinete do presidente da CRE, Heráclito Fortes (DEM-PI), o embaixador afirmou que a análise ao longo de um período maior comprova que esse número não vem aumentando.

De acordo com o diplomata, a Espanha teve um nível de repatriação semelhante ao dos demais 21 países europeus que integram o Acordo de Schengen – que trata da política de livre circulação de pessoas por esses países. As regras para ingresso no “espaço Schengen” são públicas e comuns a todos os países signatários, recordou.

Peidró garantiu que não há discriminação contra brasileiros, que gozam de ótimo conceito na sociedade espanhola, e que os viajantes barrados ficam retidos em locais com todas as condições de higiene e conforto, e têm direito de consultar um advogado e ligar para o consulado.

Heráclito considerou a visita de Peidró “um gesto altamente positivo” para esclarecer a situação dos brasileiros retidos no aeroporto de Barajas. Estiveram presentes outros nove senadores: César Borges (PR-BA), Eduardo Suplicy (PT-SP), Fernando Collor (PTB-AL), Flávio Arns (PT-PR), João Tenório (PSDB-AL), Mão Santa (PMDB-PI), Paulo Duque (PMDB-RJ), Pedro Simon (PMDB-RS) e Romeu Tuma (PTB-SP).

## Mercosul contará com um fundo educacional

A Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul aprovou mensagem que cria o Fundo Educacional do Mercosul (FEM), destinado a financiar programas para fortalecimento da integração regional, a partir dos sistemas educacionais dos países-membros e da mobilidade acadêmica.

Para isso, os países-membros se comprometem a fazer aportes anuais de recursos, classificados em duas espécies: o mínimo, de US\$ 30 mil, e o proporcional, que no caso do Brasil é de US\$ 132 mil e do Paraguai, de US\$ 2 mil – respectivamente a maior e

a menor contribuição. As verbas totais do FEM deverão somar US\$ 360 mil.

De acordo com a mensagem presidencial, assinada também pelos ministros das Relações Exteriores e da Educação, o MEC já dispõe de dotação orçamentária para honrar a cota nacional e também fazer dotações específicas para a Universidade do Mercosul e as escolas de fronteira.

Também foi aprovada mensagem originária do Itamaraty para harmonizar o prazo de visitação turística concedido a cidadãos de Estados-partes do Mercosul.

## Especialista sugere legislação unificada contra tráfico humano

Os parlamentares discutiram com a coordenadora do Projeto de Combate ao Tráfico de Pessoas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Thaís Farias, a situação dos 2,5 milhões de vítimas desse crime no mundo. A especialista revelou o lucro alcançado com a exploração sexual de cidadãos latino-americanos, que chega a US\$ 18 mil por pessoa. Outros US\$ 3,5 mil são obtidos em casos de traba-



Thaís Farias, deputado George Hilton e senador Geraldo Mesquita Júnior: 2,5 milhões de vítimas desse crime no mundo

lhos forçados.

Thaís Farias pediu o apoio da comissão para lutar pela harmonização da legislação na área. Como cada país do Mercosul dispõe de leis distintas para tratar o tráfico, o fato vem dificultando

a repressão ao crime. Ela reivindicou ainda a adequação da legislação brasileira aos tratados internacionais sobre o assunto e lamentou a inexistência de definição adequada para enquadrar o tráfico no Código Penal.

## PLENÁRIO

# Mão Santa quer anular sessão de terça-feira

O senador Mão Santa (PMDB-PI) ameaçou, em discurso na sexta-feira, entrar com uma ação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para anular a sessão plenária de terça-feira da semana passada – que se estendeu até a madrugada de quarta –, na qual foi aprovado o projeto de lei de conversão que instituiu a Empresa Brasil de Comunicação, gestora da TV Brasil (veja mais na página 4).

Mão Santa argumenta que foi “castrado” ao não poder, juntamente com outros senadores, discutir o projeto de lei de conversão, e encaminhar a sua votação, proveniente da Medida Provisória 398/07, que criou a TV Brasil. Durante a sessão, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou requerimento, acolhido pelo presidente Garibaldi Alves, permitindo que apenas os líderes partidários falassem.



Mão Santa alega que foi impedido de falar na votação da MP da TV pública e, por isso, poderá entrar com ação junto ao Supremo

– Vou procurar o meu autêntico líder, que é o senador Pedro Simon [PMDB-RS], e meus advogados, para saber sobre a viabilidade da ação judicial.

O senador pelo Piauí criticou a postura de Romero Jucá, que, afirmou, “não tem virtudes para ser meu líder”. Na avaliação de Mão Santa, o próprio presidente do Senado “fraquejou” ao não permitir que os senadores se manifestassem durante a votação da

medida provisória.

O senador acrescentou que presenciou durante os trabalhos o presidente do Senado render-se ao que chamou de uma “filigrana regimental” imposta pelo líder Romero Jucá, além de cecejar a palavra a parlamentares.

Para Mão Santa, a sessão daquele dia “foi a reunião mais feia e vergonhosa” das que participou durante toda a sua vida parlamentar.

## Criação da TV Brasil não era urgente, diz Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) condenou a forma usada pelo governo para aprovar, na madrugada do dia 12, o projeto de lei de conversão decorrente da Medida Provisória 398/07, que instituiu a empresa que vai gerir a TV Brasil. Segundo o parlamentar, a criação da TV pública não pode ocorrer por meio de medida provisória, porque não é matéria urgente.

– Qual é a urgência? A urgência é que o presidente quer ter a TV pública amanhã. A urgência é que ele quer nomear. São milhares de cargos de jornalistas que ele vai nomear sem concurso. E ele precisa disso na montagem do esquema de véspera de eleição – declarou.

Conforme Simon, acordo previa que a MP fosse votada no dia seguinte. No entanto, afirmou, o líder do governo no Senado, Romero Jucá, encaminhou a rejeição de outra medida que tinha preferência na votação, permitindo que a



“Aprovaram a TV do Lula, não a TV Brasil”, disse Simon, que criticou o uso de MP

TV Brasil fosse aprovada.

– Foi uma estratégia, sim. Mas muito feia! Se fosse um projeto simples, mas uma questão importante como a TV pública! Votar sem oposição no Plenário? Impedir que senadores pudessem falar? Qual o destino dessa TV, criada sem senadores em Plenário? Aprovaram a TV do Lula, não a TV Brasil.

## Lúcia Vânia elogia ação da PF contra fraudes

A operação da Polícia Federal que apurou o envolvimento de integrantes do Conselho Nacional de Assistência Social (Cnas) em fraudes na concessão de títulos de filantropia foi elogiada, na última sexta-feira, pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Ela considerou que a investigação atingiu o “cerne do problema” que envolve o registro de organizações não-governamentais que podem prestar serviço público.

– Esta é uma grande oportunidade para evitarmos que o dinheiro público vá para o ralo. A operação também servirá para diferenciar as más entidades daquelas que prestam um grande serviço ao país, como a Apae [Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais] e a [Sociedade] Pestalozzi.

A Polícia Federal prendeu sete integrantes do Cnas acusados de fraudar a concessão de títulos de filantropia para desviar verbas federais. Com os títulos, uma fundação ou ONG poderá obter descontos de imposto e habilitar-se a receber verbas federais para obras sociais.

## Paulo Paim pede mais respeito ao consumidor

O Dia Mundial do Consumidor, comemorado oficialmente em 15 de março, foi lembrado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que fez um breve histórico das lutas e conquistas do consumidor desde o século 18, citou casos de desrespeito dos empresários aos direitos do consumidor e pediu o aperfeiçoamento da legislação existente sobre o assunto.

Ao destacar o importante papel desempenhado pelo Procon em defesa dos consumidores, Paim citou levantamento feito pela instituição, acessível a toda a sociedade, das empresas que mais desrespeitam os compradores.

– Entre as cinco que mais recebem queixas, quatro são operadoras de telefonia. Entre as mais citadas, estão também as que lidam com planos de saúde e os bancos – lamentou.

## Portos precisam ser modernizados, diz Kátia

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) afirmou na sexta-feira que a precariedade dos portos brasileiros vem prejudicando o agronegócio, responsável por parcela expressiva das exportações nacionais. Segundo disse, o país aparece em 45º lugar em estudo que avaliou a eficiência dos portos de 53 países.

– Enquanto países como China, Índia e Coreia do Sul estão modernizando sua infra-estrutura de transportes, o Brasil assiste ao crescimento das exportações sem dar um passo para a modernização dos portos.

Para ressaltar a necessidade de ampliação dos portos, Kátia Abreu afirmou que, há dez anos, o Brasil exportava 40 milhões de toneladas de grãos e, atualmente, exporta 102 milhões de toneladas.

A senadora também anunciou que deverá ser a relatora da medida provisória (MP 412/07) – ainda em tramitação na Câmara – que trata do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto).

## HOMENAGENS

## Congresso celebra o Dia Internacional da Mulher

As lutas e as conquistas de uma parteira, uma aeromoça, uma geneticista, uma política e uma líder feminista sintetizaram, na terça-feira, os desafios enfrentados a cada dia pelos mais de 90 milhões de brasileiras. Maria dos Prazeres, Alice Klaus, Mayana Zatz, Jandira Feghali e Rose Marie Muraro, respectivamente, receberam o prêmio Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em sessão especial do Congresso

em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, realizada no Plenário do Senado.

Durante a cerimônia, diversos oradores destacaram o simbolismo da data, comemorada em 8 de março. O Dia Internacional da Mulher foi instituído em 1975, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), para lembrar as 129 operárias de uma fábrica têxtil nos Estados Unidos, que morreram carboni-

zadas num incêndio, em 1857, quando faziam greve por melhores condições de trabalho.

Na solenidade, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, ao lado do presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, ressaltaram a qualidade do trabalho desenvolvido pelas mulheres no Parlamento e no Executivo.

Participaram da sessão, entre outras autoridades, Marisa Gomes, esposa do vice-presidente da República, José Alencar; Dilma Rousseff, ministra-chefe da Casa Civil; Nilcéa Freire, ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; deputada Sandra Rosado (PSB-RN), coordenadora da Bancada Feminina na Câmara; senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz; e Denise Pereira Alves, esposa do senador Garibaldi Alves.



Premiadas com o Bertha Lutz e parlamentares se abraçam: união na luta pelos direitos e pela valorização da mulher

**DOM ALOÍSIO** - Sessão solene do Congresso Nacional homenageou, na quinta-feira, dom Aloísio Lorscheider, ex-arcebispo de Fortaleza e Aparecida (SP) e ex-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), falecido em dezembro passado. Senadores como Tasso Jereissati (PSDB-CE), Patrícia Saboya (PDT-CE), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Pedro Simon (PMDB-RS) e Mão Santa (PMDB-PI) destacaram a devoção de dom Aloísio com o povo brasileiro, em especial os mais pobres.

**80 ANOS DE O POVO** - Em sessão especial, o Senado celebrou os 80 anos de fundação do jornal cearense *O Povo*. A homenagem foi requerida pelos senadores Patrícia Saboya e Inácio Arruda, mas vários outros parlamentares destacaram a importância da trajetória do jornal, em especial a sua postura crítica em relação ao golpe militar de 1964.

## Repúdio à “invasão” do apartamento de ACM na Bahia

O senador José Agripino (DEM-RN) manifestou, na terça-feira passada, repúdio à “invasão” do apartamento do senador Antonio Carlos Magalhães, em Salvador, onde reside a viúva, Arlete Magalhães. Conforme notícias publicadas pela imprensa, o imóvel teria sido invadido por oficiais de Justiça, autoridades policiais e advogados do empresário César Mata Pires, que é casado com uma das filhas de ACM e estaria reivindicando na Justiça bens deixados pelo ex-presidente do Senado, morto em julho de 2007.

O episódio também foi condenado por outros 14 senadores. Após os protestos, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, designou uma comissão para sugerir medidas que deverão ser adotadas pela Casa em solidariedade à família de ACM.

## voz do leitor

## REFORMA POLÍTICA

“Sugiro aos senadores que acrescentem na pauta da tão esperada reforma política um projeto que reduza o número de deputados federais. Há uma desigualdade enorme entre o número de deputados por unidade da Federação. Enquanto o estado de São Paulo tem 70 deputados, Roraima tem oito. É preciso pôr um fim a essa tamanha desigualdade de bancadas.”  
**Ângelo Ricardo Fabrício, de Foz do Iguaçu (PR)**

## SAÚDE

“Saúde parece não ser direito de todos no país. Até mandados de segurança solicitando exames de alta complexidade às vezes são julgados improcedentes. Isso é uma agressão à vida e aos direitos humanos. Se não fosse necessário, os médicos não solicitariam tais exames.”  
**Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)**

## ESTATAIS

“Beira o escândalo essa briga de foice entre o PMDB e o PT pelos cargos nas estatais que integram o setor de Minas e Energia. E quem perde com isso é o Brasil, com essa afrontosa falta de compostura que, mais uma vez, envolve a nossa classe política. Até quando vamos suportar esse jogo que prevalece sobre os interesses do país?”  
**Lourival Custódio, de Blumenau (SC)**

## EMPREGO INFORMAL

“Tem muita gente sem trabalho no Brasil, e tem outro ‘montão’ trabalhando sem carteira assinada, o que garante nenhum benefício no futuro. É dever do Estado criar leis que amenizem o sofrimento dessa gente. Sobretudo nas regiões menos favorecidas, a

informalidade está tomando conta de tudo.”  
**Adriano Henrique de Oliveira, de Caruaru (PE)**

## DESARMAMENTO

“Que democracia é essa, em que o povo no plebiscito disse NÃO ao malfadado Estatuto do Desarmamento, mas os políticos querem desarmar a população, mesmo sem assegurar a nossa segurança? Quem esses políticos representam? Certamente não é o povo. Onde se viu um porte de arma ser regido pelo valor em vez da real necessidade de cada cidadão? Mil reais pelo porte estão fora do alcance de 80% da população. Esta, se correr risco de vida, certamente não terá como se defender.”  
**Walter Holthausen, de Cachoeira do Sul (RS)**

## EXEMPLOS

“Tivemos grandes homens e mulheres ao longo da história, como Tiradentes, que defendeu o povo dos altos impostos; Duque de Caxias, que lutou pela integridade do território nacional, e Euclides Figueiredo, que defendeu o respeito à Constituição brasileira. Hoje, o Brasil ainda enfrenta os mesmos riscos: ameaça à integridade territorial, alta carga tributária e desrespeito à Constituição. Será que ainda teremos algum homem ou mulher para defender a pátria e o povo?”  
**Guido Chiniara Batuta, de Valinhos (SP)**

## GUARDAS MUNICIPAIS

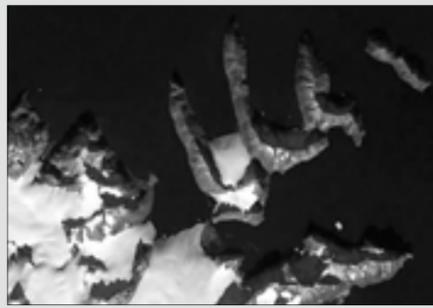
“Solicito aos senadores empenho em salvar, estruturar e valorizar as guardas municipais do Brasil, que representam uma classe discriminada pelo Poder Executivo.”  
**Evaldo Paulo de Sousa, de Parque São Lourenço da Mata (PE)**

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

## ambiente legal

## Degelo (Uunartoq Qeqertoq)

O Oceano Ártico poderá ficar sem gelo no verão já em 2015, reduzindo em 80 anos as previsões iniciais dos cientistas. O oceanógrafo espanhol Carlos Duarte diz que esse processo afeta a biodiversidade, ameaçando espécies como o urso polar e as morsas, assim como o plâncton. Na Groenlândia, o derretimento causou o surgimento de uma ilha



(foto), subitamente separada da terra-mãe. Ela recebeu o nome de Uunartoq Qeqertoq, que, em inuit, língua dos esquimós, significa Ilha do Aquecimento.

A China disse que vai garantir ar limpo para os Jogos Olímpicos, depois que o maratonista etíope Haile Gebrselassie, detentor do recorde mundial, anunciou que não competirá em agosto por temer que a poluição de Pequim afete sua saúde, já que é asmático.

## A revolução de Cristovam

“O Brasil precisa fazer uma revolução, feminilizando a maneira como os problemas são enfrentados”, afirma o senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Segundo ele, “os dois grandes problemas mundiais, a agressão ao meio ambiente e a desigualdade, foram provocados pelos políticos homens, que têm administrado com desprezo a Natureza e com desrespeito a desigualdade e, ao mesmo tempo, abandonado a Educação”.

**ÁLCOOL E TRISTEZA** - Estudo da Universidade de Tóquio contesta a velha crença de que o álcool ajuda as pessoas a afogar a tristeza. Na verdade, o etanol fortalece as lembranças ruins. O farmacologista Norio Matsuki aconselha: “Para esquecer algo desagradável, é melhor sobrepor uma lembrança positiva à lembrança negativa e deixar o álcool de lado”.

**PERIGO NA RUA** - A Organização Mundial de Saúde adverte que a cada 30 segundos ocorre uma morte por acidente de trânsito na Terra, o que representa cerca de 1,2 milhão de mortes por ano. No Brasil, que concentra uma das piores taxas nessa área, ocorrem 32 mil mortes por ano e os feridos chegam a ocupar 60% dos leitos hospitalares, de acordo com o presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, Marcos Musafir.

**ALERTA AOS JOVENS** - As campanhas alertando os jovens sobre o perigo de dirigir depois de beber serão ampliadas no país, segundo o ministro das Cidades, Márcio Fortes, que perdeu um filho em acidente. O ministro anuncia campanhas para orientar os motoristas a não desafiarem o cansaço e lembra que tramita no Congresso um projeto que estabelece inspeção rigorosa nos veículos para garantir a segurança.

## frases

“Pretendo continuar a ser um presidente independente. Não vou submeter-me nem à exorbitância com que a oposição se comportou ontem nem às ameaças e aos recados do presidente [Lula]”

**Garibaldi Alves**, ao comentar a votação da medida provisória da TV pública, ou TV Brasil.

“A oposição não dobrará a base do governo. Isso aqui é o Senado da República. Aqui não é a favela da Portelinha, onde o Juvenal Antena [personagem da novela *Dois Caras*] manda e desmanda”

**Romero Jucá**, discutindo com opositoristas durante a votação da TV Brasil.

“Não vou dizer como a maioria é construída porque infelizmente o Brasil todo sabe como ela é construída”

**Tasso Jereissati**, em resposta às críticas de Romero Jucá.

“Qual será o destino dessa TV, criada sem senadores em Plenário? Aprovaram a TV do Lula, não a TV Brasil”

**Pedro Simon**, criticando a atuação da base governista na votação da MP da TV pública.

“O governo gasta de maneira irresponsável e o Orçamento é um instrumento de faz-de-conta. Depois o governo contingencia tudo. O Congresso apenas finge que está decidindo”

**Arthur Virgílio**, avisando que o PSDB lutará para mudar a tramitação do Orçamento.

“CPI não pode ser um embate entre governo e oposição. Nós temos que pensar que é um instrumento para investigar. Nossa busca deve ser pela verdade, para que a sociedade volte a confiar no Congresso. Isso aqui não é a casa-da-mãe-joana”

**Marisa Serrano**, ao defender a CPI dos Cartões do uso político.

“Os brasileiros ricos irão viajar [para se tratar no exterior]; os outros ficarão aqui, doentes”

**Augusto Botelho**, em defesa do uso de células-tronco embrionárias para fins terapêuticos.

## foto da semana

Algumas horas depois de o Senado ter aprovado, em sessão que terminou só de madrugada, a medida provisória que criou a TV Brasil, parlamentares se reúnem com manifestantes contra o trabalho escravo. Na foto, os presidentes do Senado, Garibaldi Alves, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, conversam durante o ato com a senadora Ideli Salvatti. O senador José Nery e o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, estão à mesa



# No ar, o Jimmy Hendrix do bandolim

O programa *Espaço Cultural*, da TV Senado, apresenta neste sábado (24h) e domingo (14h30) *show* inédito do bandolinista Hamilton de Holanda, realizado no Clube do Choro de Brasília em novembro de 2007.

Holanda começou a tocar aos 5 anos. Tempos depois, ao adicionar duas cordas extras, dez no total, reinventou o bandolim. Nos Estados Unidos, a imprensa começou a chamá-lo de “Jimmy Hendrix do

bandolim”.

Hoje, aos 31 anos, exibe em seu currículo o prêmio de melhor instrumentista erudito e popular do Icatu Hartford de Artes 2001, que lhe permitiu viver um ano em Paris.

Em janeiro de 2005, no principal fórum mundial de música, o Midem, ele fez o *show* de lançamento oficial do Ano do Brasil

na França. Recebeu da imprensa francesa o título de “Príncipe do Bandolim” e foi citado como um dos melhores músicos do mundo por artistas como Hermeto Pascoal, Maria Bethania, Ivan Lins e João Bosco.

Em 2007, teve seu disco *Brasilianos* indicado para o Grammy Latino na categoria instrumental.

Na TV Senado, exibirá composições próprias e de Chico Buarque e Jacob do Bandolim.



RUBENS CERQUEIRA/DIVULGAÇÃO

Hamilton de Holanda adicionou duas cordas e reinventou o instrumento

## TV mostra cinema de Fernando Sabino

O *Brasil e os Brasileiros por Fernando Sabino* é um programa da TV Senado que mostra a vida e obra do escritor. Na primeira parte, será exibido o documentário *Encontro marcado com Fernando Sabino*, dirigido pelo filho dele, Bernardo Sabino, e por Feliciano Coelho e Hélio Martins.

A segunda parte do programa

inclui três curtas-metragens produzidos por Fernando Sabino e David Neves. Os filmes, que serão exibidos neste sábado, às 15h30, e domingo, às 15h30 e 21h, são: *O fazendeiro do ar* – Carlos Drummond de Andrade, *O habitante de Pasárgada* – Manuel Bandeira, e *Um contador de histórias* – Érico Veríssimo.

## Ficou mais difícil ser estrangeiro

O ingresso de visitantes oriundos do Brasil em países da Europa está sujeito a regras mais rigorosas, como demonstrou a recente deportação de turistas e profissionais brasileiros pela Espanha.

Como evitar constrangimentos em viagens internacionais? A pessoa que foi maltratada por autoridades de outro

país tem o direito de pedir indenização? Como fica a contrapartida do Brasil com esses países? Essas e outras perguntas serão respondidas por parlamentares e especialistas no quadro *Entrevista Especial* do programa *Conexão Senado*, que a Rádio Senado coloca no ar nesta segunda-feira, ao meio-dia.

## O Congresso e os crimes online

Os chamados “crimes de internet”, cometidos por meio da rede mundial de computadores, são um desafio mundial recente, que inclui delitos graves como falsificação de cartões e senhas, pedofilia e até indução ao suicídio.

No programa *Reportagem Es-*

*pecial*, que vai ao ar na Rádio Senado nesta sexta (18h), sábado (10h) e domingo (17h), veja como o Congresso e os especialistas encaram o desafio de combater esses crimes virtuais. Você também pode ouvir o programa na internet, no site [www.senado.gov](http://www.senado.gov).

**INSS** - Marco Antônio de Oliveira, presidente do Instituto Nacional do Seguro Social, explica no *Fique por Dentro da Lei* desta terça-feira (8h30), na Rádio Senado, as novas medidas adotadas pela Previdência Social para evitar fraudes no empréstimo consignado.

**EPIDEMIA** - O presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass), Osmar Terra, fala no *Senado Ciência*, da Rádio Senado, sobre os impactos da violência na saúde pública. O programa vai ao ar nesta quarta-feira, às 8h30.

### TV Senado

#### SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Leituras
- 1h30 - Conversa de músico
- 2h - Especiais
- 3h - Inclusão/Diplomacia
- 4h - Cidadania Debate
- 5h - Cidadania Entrevista
- 5h30 - Parlamento Brasil
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - Leituras
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - Diplomacia/Inclusão
- 9h - Parlamento Brasil
- 9h30 - Alô Senado
- 10h - Especial/Comissões
- 12h - Cidadania Entrevista
- 12h30 - Direto do Cafezinho
- 13h - Cidadania Debate
- 13h45 - Senado Agora (ao vivo)
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Senado Agora
- 18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
- 19h - Cidadania Debate
- 20h - Direto do Cafezinho
- 20h30 - Cidadania Entrevista
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

#### TERÇA A QUINTA-FEIRA

- 1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
- 5h30 - Alô Senado ou Leituras
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - Direto do Cafezinho
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - Direto do Cafezinho
- 8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
- 8h30 - Direto do Cafezinho
- 8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
- 9h - Direto do Cafezinho
- 9h30 - Comissões (ao vivo)
- 13h45 - Senado Agora (ao vivo)
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Senado Agora
- 18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
- 19h - Cidadania Debate
- 20h - Direto do Cafezinho
- 20h30 - Cidadania Entrevista
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

#### SEXTA-FEIRA

- 1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
- 5h30 - Parlamento Brasil
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - Direto do Cafezinho
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - Direto do Cafezinho
- 8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
- 8h30 - Direto do Cafezinho
- 8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h45 - Senado Agora (ao vivo)
- 14h - Comissões (inéditas ou reapresentação)
- 18h45 - Direto do Cafezinho
- 19h - Cidadania Debate
- 20h - Direto do Cafezinho
- 20h30 - Cidadania Entrevista
- 21h - Jornal do Senado Federal
- 21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

#### SÁBADO

- 1h - Cidadania Debate
- 2h - Leituras
- 2h30 - Diplomacia
- 3h30 - Cidadania Entrevista
- 4h - Alô Senado
- 4h15 - Ecosenado - Poluição do ar em São Paulo
- 4h30 - De coração
- Exercícios físicos nas doenças cardíacas
- 5h - Conversa de Músico
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - Alô Senado (reprise)
- 7h15 - Ecosenado (reprise)
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - De coração (reprise)
- 8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? Orquestra Cega - Egito
- 11h - Parlamento Brasil
- 11h30 - Diplomacia
- 12h30 - Cidadania Entrevista
- 13h - Alô Senado
- 13h15 - Ecosenado (reprise)
- 13h30 - Cidadania Debate
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h30 - Mesa Brasileira Gaúchos e Colonos
- 16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
- 17h40 - Cidadania Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
- 19h - Cidadania Debate
- 19h45 - Alô Senado
- 20h - Leituras
- 20h30 - Ecosenado (reprise)
- 21h - Parlamento Brasil
- 21h30 - Especial (reprise)
- 22h40 - Diplomacia
- 23h30 - De coração (reprise)
- 24h - Espaço Cultural - Ópera Poranduba

#### DOMINGO

- 1h - Cidadania Debate
- 2h - Alô Senado
- 2h15 - Ecosenado (reprise)
- 2h30 - Diplomacia
- 3h30 - Cidadania Entrevista
- 
- 4h - Leituras
- 4h30 - De coração (reprise)
- 5h - Conversa de Músico
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - TV Brasil Internacional (reprise)
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - Leituras
- 8h30 - De coração (reprise)
- 9h - Diplomacia
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
- 11h - Alô Senado
- 11h15 - Ecosenado (reprise)
- 11h30 - Especial
- 12h30 - Cidadania Entrevista
- 13h - Parlamento Brasil
- 13h30 - Cidadania Debate
- 14h30 - Espaço Cultural (reprise)
- 16h - Mesa Brasileira (reprise)
- 17h - Diplomacia
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
- 19h - Cidadania Debate
- 19h45 - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Mesa Brasileira (reprise)
- 22h - Especial (reprise)
- 23h10 - Parlamento Brasil
- 23h40 - De coração (reprise)
- 24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

#### SÁBADO

- 8h - Encontros com a Música Brasileira
- 9h - Prosa e Verso
- 10h - Especial (reprise)
- 11h - Música Erudita
- 12h - Senado Resumo (reprise)
- 13h40 - Música e Informação
- 15h - Autores e Livros
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 18h - Improviso Jazz
- 19h - Senado Resumo (reprise)
- 20h - Escala Brasileira

#### DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros (reprise)
- 11h - Música do Brasil
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Prosa e Verso
- 17h - Reportagem Especial (reprise)
- 18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
- 20h - Jazz & Tal

### Como sintonizar

**FM**  
 Freqüência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

**ONDAS CURTAS**  
 Freqüência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

**INTERNET**  
 No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player

**ANTENA PARABÓLICA**  
 Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na freqüência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

### Como sintonizar

**TV A CABO:** NET, TVA e Video Cabo  
**TV POR ASSINATURA:** Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)  
**UHF:** João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife (55), Manaus (57) e São Paulo (64).

**ANTENA PARABÓLICA**  
**Sistema analógico:**  
 Satélite - B1  
 Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal  
 Freqüência - 4.130 MHz  
**Sistema digital:**  
 Satélite - B1  
 Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Freqüência - 3.644,4 MHz  
 Freqüência (Banda - L) - 1.505,75 MHz  
 Antena - 3,6 m  
 PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110  
 Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB  
 Symbol Rate - 3,2143Ms/s  
 FEC - ¾

## SENADO

# Aberto o ano letivo no ILB e na Unilegis

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), abriu o ano letivo de 2008 do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) ministrando aula inaugural intitulada “Eleição – a essência da democracia”. Ele defendeu a necessidade de uma reforma política que enfatize a fidelidade partidária e a alternância de poder. A cerimônia foi transmitida para assembleias legislativas e câmaras municipais pelo Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo.

Para Efraim, a democracia brasileira é recente e, por isso, precisa ser aperfeiçoada, já que o sistema eleitoral baseia-se em indivíduos e não nas agremiações partidárias. Partidos frágeis e efêmeros não dão estabilidade à democracia, opinou o senador.

– A reforma política é decorrente da necessidade de aperfeiçoamento da democracia. Priorizá-la é respeitar a democracia – afirmou Efraim, ao frisar que, devido à omissão do Legislativo em realizar tal reforma, o Judiciário vem “legislado” sobre o tema.

Para evitar “contatos cliente-

listas” entre eleitor e candidato e fortalecer a democracia, o senador defende a intensificação da difusão do conhecimento sobre questões ligadas ao Parlamento pelo sistema de educação do Senado para que temas como a reforma política passem a ser mais discutidos pelos cidadãos.

LEOPOLDO SILVA



Aula inaugural do senador Efraim Morais (ao centro) sobre democracia abre os trabalhos do sistema de educação do Senado

## Jornal é parabenizado por encarte sobre educação

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) parabenizou em Plenário o sistema de comunicação da Casa pela edição de um caderno especial sobre educação, publicado na última segunda-feira no **Jornal do Senado**.

O encarte foi feito com base num ciclo de audiências promovidas durante todo o ano passado pela Comissão de Educação

(CE) para analisar o Plano de Desenvolvimento da Educação. “Esse caderno ajudará a dar consciência em relação aos problemas existentes e às soluções de que a gente precisa.”

Na terça-feira, a CE aprovou requerimento de congratulações ao **Jornal** pela publicação, que pode ser vista em [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal).

## Interlegis II é lançado em evento em João Pessoa

Vereadores e deputados estaduais da Paraíba, o presidente e o 1º secretário do Senado, Garibaldi Alves e Efraim Morais, e o governador do estado, Cássio Cunha Lima, prestigiaram o seminário realizado em João Pessoa que marcou o início da segunda fase do Programa Interlegis.

Efraim fez um resumo dos 11 anos do Interlegis, enquanto Garibaldi falou da importância

do programa e das mazelas que afligem o Congresso (*ver matéria abaixo*).

O governador da Paraíba exaltou a atuação de Garibaldi à frente do Senado, que, para ele, “enche de orgulho” os brasileiros. Já o representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Carlos Cordovez, destacou a importância do programa na promoção da transparência do Poder Legislativo no Brasil.

## Assinado convênio com o TJPB

O ILB e a Unilegis assinaram na última quinta-feira, em João Pessoa, convênio com o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) que abre aos servidores desse órgão a participação nos cursos oferecidos pelo sistema de educação do Senado. Participaram da assinatura do convênio o presidente do Senado, Garibaldi Alves, o 1º secretário, Efraim Morais, o presidente do TJPB, Antônio de Pádua Montenegro, a diretora-executiva do ILB,

Denise Zoghbi, e a vice-reitora acadêmica da Unilegis, Vânia Maione.

Todos os cursos oferecidos para 2008 já estão disponibilizados aos servidores do tribunal, desde que cumpram os pré-requisitos exigidos em cada um dos programas oferecidos, incluindo os cursos de pós-graduação. Eles ainda poderão participar dos seminários deste ano que debaterão a Constituição, após 20 anos da promulgação.

**ESTUDOS** - Assembleias legislativas, universidades, pesquisadores e cidadãos em geral podem ter acesso gratuito à série *Textos para Discussão*, resultado de uma parceria entre o Interlegis e a Consultoria Legislativa do Senado por meio do Centro de Altos Estudos da Casa. Relacionados à produção legislativa e às políticas públicas, os trabalhos foram publicados e estão na internet, no site da consultoria.

**SECS** - Diretores dos veículos da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs) detalharam a assessoria de imprensa e chefes de gabinetes parlamentares o rol de serviços de comunicação da Casa: Rádio, TV, **Jornal** e Agência Senado, além dos oferecidos pelas secretarias de Projetos Especiais; Pesquisa e Opinião Pública; e Divulgação e Integração. Entre as novidades, o diretor da Secs, Helival Rios, anunciou mudança no formato do jornal diário.

### Presidência

## Congresso precisa legislar mais e melhor, afirma Garibaldi

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse que o Poder Legislativo deve resistir aos avanços dos Poderes Executivo e Judiciário em sua área.

– Precisamos resistir ao avanço do Poder Executivo, que quer tomar conta daquilo que nós precisamos fazer melhor – advertiu. A afirmação ocorreu na abertura do Seminário do Programa Interlegis em João Pessoa.

Não só o Executivo, emendou Garibaldi, já que a Justiça “devia também deixar de legislar aqui

e acolá. Como um tribunal legisla sobre fidelidade partidária quando o Poder Legislativo tem 81 senadores e 513 deputados para isso?”

Garibaldi também se referiu às falhas do próprio Congresso, como os quase mil vetos presidenciais que ainda não foram apreciados. E lembrou o Orçamento da União, que somente na semana passada foi votado.

– Quantos projetos deixaram de ser iniciados pela falta dessa votação? – indagou.

Quanto ao Interlegis II, trata-

JANE ARAÚJO



Interlegis II reuniu o governador Cássio Cunha Lima (E), Garibaldi Alves e Arthur Cunha Lima, presidente da assembleia estadual

se, disse Garibaldi, de “um dos programas mais avançados em termos de modernização do Poder Legislativo”. Um Parlamento moderno, continuou, “tem que

se valer da tecnologia para chegar mais perto do cidadão”. Somente assim, observou, pode diminuir a atual descrença do eleitor com a instituição.

## Relatório de 2007 da Presidência já está na internet

A página do Senado na internet já inclui o Relatório da Presidência referente a 2007. Com 1.085 páginas, estão registradas proposições apresentadas pelos senadores, questões de ordem e solicitações de providências feitas por eles, assim como um resumo das atas das comissões parlamentares. Constatam ainda atividades do Congresso, como as das comissões mistas, e relatório da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias  
**1º Secretário:** Efraim Morais  
**2º Secretário:** Gerson Camata  
**3º Secretário:** César Borges  
**4º Secretário:** Magno Malta  
**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino de Flexa Ribeiro  
**Diretor-Geral do Senado:** Agaciél da Silva Maia  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### JORNAL DO SENADO

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves  
**Diretor do Jornal do Senado:** Davi Emerich (61) 3311-3333  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Edição:** Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.  
**Reportagem:** Cíntia Sasse, Janaina Araújo, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e

Thâmara Brasil.

**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim

**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e Atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

**Agência Senado**

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

**www.senado.gov.br/jornal**

E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Dislexia dificulta a aprendizagem

A chegada à idade escolar inaugura uma nova fase na vida da criança e exige atenção extra dos pais. Dificuldades na aprendizagem, por exemplo, podem ser um sinal de dislexia, distúrbio que atinge cerca de 15% das crianças nessa idade,

segundo a Associação Brasileira de Dislexia. Veja nesta edição do *Especial Cidadania* como identificar os sinais do problema e a quem recorrer para que a criança disléxica tenha o melhor tratamento e possa superar suas dificuldades.

## Distúrbio tem origem genética e é hereditário

Dislexia é uma desordem neurológica, de origem genética e com alto índice de hereditariedade. Por causa desse distúrbio, a pessoa disléxica tem dificuldade em associar os símbolos e as letras ao som que eles representam e não consegue organizá-los mentalmente numa seqüência coerente.

Estudos afirmam que o lado direito do cérebro do disléxico é mais desenvolvido, o que explicaria sua maior habilidade em algumas áreas. Por outro lado, determinados neurônios da pessoa com dislexia parecem conectar-se de forma diferente da dos não-disléxicos, fazendo

com que o portador do distúrbio tenha menor coordenação motora e dificuldades no mecanismo de transição ocular – ao mudar o foco dos olhos de uma sílaba para outra, o disléxico percebe a palavra como se estivesse borrada, como se as letras dançassem ou pulassem diante dos seus olhos, dificultando sua identificação.

A dislexia, portanto, não tem nenhuma relação com burrice, preguiça ou desinteresse em aprender. Ao contrário, muitos disléxicos têm inteligência acima da média. Também não é uma doença e não requer medicação.



Dificuldade para ler nem sempre é sinal de dislexia, que só pode ser diagnosticada por profissionais

## Sinais se manifestam desde a pré-escola

A pesquisa sobre a dislexia avança, mas ainda há muitas dúvidas, discordâncias e controvérsias em relação a vários pontos. O certo é que essas dificuldades afetam um grande contingente de pessoas, que apresentam diferentes combinações de sintomas, de modo absolutamente único e pessoal, em intensidades que variam entre o sutil e o severo. Em algumas delas há um número maior de sintomas e sinais; em outras, são observadas somente algumas das seguintes características.

### Pré-escola

- ✓ Atraso no desenvolvimento da fala e da linguagem
- ✓ Dificuldade com quebra-cabeças
- ✓ Dificuldade em aprender rimas e canções
- ✓ Dispersão, falta de concentração
- ✓ Falta de interesse por livros impressos
- ✓ Fraco desenvolvimento da coordenação motora

### Idade escolar

- ✓ Dificuldade para ler e escrever
- ✓ Problemas com a ortografia (para escrever as palavras usando as letras e símbolos corretos) e letra “feia” (disgrafia)
- ✓ Dificuldade em soletrar
- ✓ Pobre conhecimento de rima (sons iguais no final das palavras) e aliteração (sons iguais no início das palavras)
- ✓ Desatenção e dispersão
- ✓ Dificuldade em copiar de livros e do quadro-negro
- ✓ Dificuldade na coordenação motora fina (desenhos, pintura) e/ou grossa (ginástica, dança etc.)

- ✓ Desorganização geral (constantes atrasos na entrega de trabalhos escolares e perda de materiais escolares)
  - ✓ Confusão entre esquerda e direita
  - ✓ Dificuldade em consultar mapas, dicionários, listas telefônicas etc.
  - ✓ Vocabulário pobre, com sentenças curtas e imaturas ou longas e vagas
  - ✓ Dificuldade na memória de curto prazo, como instruções, recados etc.
  - ✓ Dificuldade em decorar seqüências, como meses do ano, alfabeto, tabuada etc.
  - ✓ Dificuldade na compreensão dos símbolos e operações matemáticos, em decorar tabuada e no desenho geométrico (discalculia)
  - ✓ Dificuldade em nomear objetos e pessoas (disonomia)
  - ✓ Troca de letras na escrita
  - ✓ Dificuldade na aprendizagem de uma segunda língua
  - ✓ Problemas psicológicos como depressão, timidez excessiva ou falta de entrosamento (o disléxico pode ser escolhido pela turma como alvo de brincadeiras que o desqualificam)
- Adultos**
- ✓ Dificuldade na leitura e escrita
  - ✓ Memória imediata prejudicada
  - ✓ Dificuldade na aprendizagem de uma segunda língua
  - ✓ Dificuldade em nomear objetos e pessoas (disonomia)
  - ✓ Dificuldade com direita e esquerda
  - ✓ Dificuldade em organização
  - ✓ Aspectos afetivos emocionais prejudicados, depressão, baixa auto-estima e por vezes uso abusivo de álcool e drogas

## Como identificar o problema e escolher o melhor tratamento

Percebido o problema, deve-se procurar um fonoaudiólogo ou um psicólogo. É preciso ouvir ainda um neurologista, um oftalmologista e um psicopedagogo, conforme o caso.

Como os sintomas que podem indicar dislexia são encontrados também em várias outras situações, todas as possibilidades, como déficit intelectual, problemas de visão e audição, lesões cerebrais, problemas afetivos etc., devem ser avaliadas antes de confirmar ou descartar o diagnóstico de dislexia.

A fonoaudióloga e mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Ana Tereza Dal-den, adverte que é preciso ter muito critério no diagnóstico, pois muitas das dificuldades em ler e escrever são causadas por deficiências na alfabetização e não por qualquer distúrbio da criança. “Num país cuja educação enfrenta grandes problemas, tomar todas as dificuldades de aprendizagem

como dislexia é um grande equívoco”, enfatiza.

Embora seja ideal diagnosticar a dislexia no início da alfabetização, o tratamento também pode ajudar muito os adolescentes e adultos.

Há estudos que sugerem que, com acompanhamento adequado, as conexões neuronais podem até se refazer, sanando quase completamente o problema.

A maioria dos tratamentos usa técnicas para a assimilação de fonemas, o desenvolvimento do vocabulário, a melhoria da compreensão e a fluência na leitura, que ajudam o disléxico a reconhecer sons, sílabas, palavras e frases.

Para começar, é preciso levantar o histórico familiar e os problemas na aprendizagem para dar aos profissionais o máximo de informação. Bom diálogo, troca de experiências e sintonia de procedimentos entre o profissional, a escola e a família também são fundamentais.

### Saiba mais

**Associação Brasileira de Dislexia**  
Av. Angélica, 2.318,  
7º andar - Higienópolis - São Paulo (SP)  
CEP 01228-200  
(11) 3258-7568/3231-3296/  
3237-0809  
[www.dislexia.org.br](http://www.dislexia.org.br)

**Conselho Federal de Fonoaudiologia**  
SRTVS, quadra 701, bloco E, Palácio do Rádio II, salas 624/630  
Brasília (DF) - CEP 70340-902  
(61) 3323-5065/3322-3332/  
3321-7258  
[www.fonoaudiologia.org.br](http://www.fonoaudiologia.org.br)

**Associação Nacional de Dislexia**  
Rua José Macedo Soares,  
12, sala 201 - Gávea - Rio de Janeiro (RJ)  
CEP 22470-100  
(21) 2529-2641  
[www.andislexia.org.br](http://www.andislexia.org.br)

**Conselho Federal de Psicologia**  
SRTVN, quadra 702, Edifício Brasília Rádio Center, 4º andar, conjunto 4024-A  
Brasília (DF) - CEP 70719-900  
(61) 2109-0100  
[www.pol.org.br](http://www.pol.org.br)

